



MUNICÍPIO DE POMBAL

Acta da SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL n.º 0002/AM/09, de 24-04-2009

Aos vinte e quatro dias do mês de Abril do ano de dois mil e nove, nesta Cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, pelas dezassete horas, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal, estando presentes, o Senhor Presidente da Assembleia João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, Luís Fernando Bernardes Garcia, Manuel Duarte Domingues, Carlos Alberto Ferreira da Silva, Maria Fernanda Lopes Guardado Marques, Pedro Alexandre Antunes Faustino Pimpão dos Santos, Anselmo João Medinas Carvalho Vivas, José Gomes Fernandes, Pedro Filipe da Silva Murtinho, Gabriela da Silva Santos, Cristina Portela Fragoso, Jorge Manuel Gonçalves da Silva, Adelino Gonçalves Mendes, João André Varela Coelho, Adelino de Barros Malho, Fernando Daniel Lopes Carolino, António Fernandes Carrasqueira, Manuel Simões Rodrigues Marques, Humberto Margarido Lopes, em representação de Fernando Rodrigues Matias, Leovigildo Marques da Silva Fernandes, Manuel António Rodrigues dos Santos, Manuel Jordão Gonçalves, Carlos Manuel Rodrigues Domingues, António Manuel Cardoso Fernandes, Aristides de Jesus Ferreira, Aires Cardoso Moreira, António do Nascimento Lopes, Carlos Manuel Simões Cardoso, Guilherme Manuel Gameiro Domingues, Ilídio Manuel da Mota e Jorge Gameiro da Silva, a fim de apreciar os assuntos constantes da seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 - Período de antes da Ordem do Dia:

- Ponto 1.1 - Leitura, discussão e votação da acta da sessão anterior;**
- Ponto 1.2 - Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais;**
- Ponto 1.3 - Intervenções na generalidade;**

Ponto 2 - Período da Ordem do Dia:

- Ponto 2.1 - Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;**
- Ponto 2.2 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Regulamento Municipal de Delimitação da Protecção da Captação da Nascente do Ourão;**
- Ponto 2.3 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Regulamento Municipal de Delimitação da Protecção das Captações PS1 e PS2 da Mata Nacional do Urso;**
- Ponto 2.4 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre desafecção do domínio público municipal para o domínio privado municipal de uma parcela de terreno, sita em Olival do Mego;**
- Ponto 2.5 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Construção da ETAR, Emissário e Estação Elevatória da Guia - Proc. n.º 79/2008 - Pedido de Autorização à Assembleia Municipal (Art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99);**

Ponto 2.6 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Construção de Pavilhões Gimnodesportivos (Meirinhas) - Proc. n.º 05/2008 - Pedido de Autorização à Assembleia Municipal (Art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99);

Ponto 2.7- Apresentação do Balanço Social referente ao ano de 2008;

Ponto 2.8 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Relatório de Gestão e Prestação de Contas.

Presidiu à sessão o Senhor Dr. João Manuel Carreira da Conceição Coucelo e foram secretários o Senhor Alberto Ferreira da Silva como 1.º Secretário e a Senhora Dra. Cristina Portela Fragoso, como 2.ª Secretária.

Encontravam-se ainda presentes, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores Dr. Fernando Manuel Pinto Parreira, Dr. Michäel da Mota António, Dr. Pedro Matos Martins e Dr. Rui Manuel Mourato Miranda.

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu início aos trabalhos, tendo-se verificado, após a chamada, as seguintes ausências.

Eleitos pela lista do PSD – Iva Cristina da Mota Fernandes de Sousa e José Alves Grilo Gonçalves, que apresentaram justificação para as suas faltas, e ainda Pedro Daniel Jordão Ferraz e Sandra da Silva Palhais.

Eleitos pela lista do PS – Fernando António Carreira da Conceição Coucelo que apresentou pedido de justificação para a sua falta.

O **Senhor Presidente da Assembleia** informou que o Membro da Assembleia João André Brites de Andrade de Melo Alvim havia solicitado a suspensão do seu mandato pelo período de 30 dias, colocando o pedido a votação, o qual foi aceite por unanimidade e por minuta.

Nesta altura informou que o cidadão imediatamente a seguir na lista do Partido Socialista, **Fernando Daniel Lopes Carolino**, se encontrava na sala chamando-o a ocupar, de imediato, o seu lugar.

Acrescentou que o Presidente da Junta de Freguesia de Almagreira, **Fernando Rodrigues Matias**, se fez substituir de acordo com a legislação e regimento em vigor, pelo Secretário da Junta de Freguesia.

De seguida informou haver um pedido de apreciação de mais 3 pontos, colocando à consideração da Assembleia o aditamento dos mesmos.

Aprovado o aditamento à Ordem de Trabalhos, a mesma ficou como se segue:

Ponto 1 - Período de antes da Ordem do Dia:

Ponto 1.1 - Leitura, discussão e votação da acta da sessão anterior;

Ponto 1.2 - Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais;

Ponto 1.3 - Intervenções na generalidade;

Ponto 2 - Período da Ordem do Dia:

- Ponto 2.1 - Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;**
- Ponto 2.2 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Regulamento Municipal de Delimitação da Protecção da Captação da Nascente do Ourão;**
- Ponto 2.3 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Regulamento Municipal de Delimitação da Protecção das Captações PS1 e PS2 da Mata Nacional do Urso;**
- Ponto 2.4 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre desafecção do domínio público municipal para o domínio privado municipal de uma parcela de terreno, sita em Olival do Mego;**
- Ponto 2.5 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Construção da ETAR, Emissário e Estação Elevatória da Guia - Proc. n.º 79/2008 - Pedido de Autorização à Assembleia Municipal (Art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99);**
- Ponto 2.6 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Construção de Pavilhões Gimnodesportivos (Meirinhas) - Proc. n.º 05/2008 - Pedido de Autorização à Assembleia Municipal (Art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99);**
- Ponto 2.7 - Apresentação do Balanço Social referente ao ano de 2008;**
- Ponto 2.8 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Relatório de Gestão e Prestação de Contas;**
- Ponto 2.9 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Centro Escolar da Redinha;**
- Ponto 2.10 – Apreciação do parecer do Auditor Externo, alínea d) do n.º 3 do Art.º 48.º da Lei das Finanças Locais;**
- Ponto 2.11 – Apreciação do parecer do Auditor Externo, alínea e) do n.º 3 do Art.º 48.º da Lei das Finanças Locais.**

Ponto 1 - Período de antes da Ordem do Dia:

Ponto 1.1 - Leitura, discussão e votação da acta da sessão anterior.

Foi dispensada a leitura da acta da sessão anterior, a qual foi distribuída previamente pelos Membros da Assembleia, pelo que a mesma foi colocada a discussão, tendo-se inscrito os membros João Coelho e Pedro Murinho, que solicitaram algumas correcções à acta, as quais foram de imediato efectuadas.

Colocada a acta a votação, com as devidas correcções, foi a mesma aprovada por maioria, com uma abstenção do Membro Manuel Domingues, por ausência na respectiva sessão.

Ponto 1.2- Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais.

O **Senhor Presidente da Assembleia**, informou ter recebido vária documentação relativamente a alguns eventos;

Referiu ter recebido da Associação Nacional de Municípios Portugueses comunicações sobre o fórum das autoridades locais e comunidades de língua portuguesa e também um documento sobre o fundo para o investimento local, bem como os tradicionais boletins;

Disse ter recebido documentação da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens e que tem a ver com o relatório de novas oportunidades do ano 2008;

Informou ter em sua posse uma exposição de um munícipe que põe em causa um conjunto de situações que têm a ver com o Plano Director Municipal;

Referiu ter recebido, do Grupo Parlamentar do PCP, sobre a Proposta de Lei n.º 23210/4 que tem a ver com as comissões locais do poder local, ambiente e ordenamento do território, e outro acerca do Projecto-Lei 71410, sobre a 4.ª alteração ao Regime Jurídico do Recenseamento Eleitoral, os quais ficam arquivados nos serviços e à disposição dos Senhores Deputados;

Informou ter ainda recebido um estudo prévio de um projecto urbano da Quinta dos Pereiras, que ficará à disposição de qualquer deputado municipal para consulta.

Ponto 1.3- Intervenções na generalidade.

Nesta altura o **Senhor Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para as intervenções na generalidade, tendo-se inscrito os seguintes Membros:

Adelino Mendes, cuja intervenção se segue:

“Na última sessão da Assembleia Municipal, foi abordado um conjunto de medidas de combate à recessão. Atendendo a que estas medidas serão revistas pela Câmara, no próximo mês de Junho, importa fazer uma avaliação intercalar da aplicação das mesmas. Deste modo coloco a V. Ex.ª, Senhor Presidente da Câmara, três questões:

Das medidas apresentadas e aprovadas na última sessão da Assembleia Municipal, quais são as que se encontram em fase de implementação?

Qual o impacto financeiro dos primeiros meses de aplicação destas medidas?

Qual a avaliação que faz da aplicação das medidas e quais foram os principais beneficiários das mesmas?

Senhor Presidente da Câmara, a criação dos Cuidados Continuados de Saúde, no Concelho de Pombal, é da maior importância devido ao aumento do índice de envelhecimento e de dependência da população do Concelho, devido à necessidade de atender à dependência e promover o envelhecimento activo no âmbito das políticas públicas da acção social e saúde e devido importância destas unidades para a criação de emprego, quer no âmbito da enfermagem, da fisioterapia, de auxiliares de acção médica ou de outros técnicos de apoio social.

Como é sabido no Distrito de Leiria encontram-se já, em funcionamento, Unidades de Cuidados Continuados em Figueiró dos Vinhos, Leiria, Batalha, Nazaré e Bombarral e, na sequência do último período de candidaturas, em 2008, foram já celebrados contratos com instituições de solidariedade e misericórdias nos concelhos de Pedrógão Grande, Alvaiázere, Ansião, Marinha Grande, Porto de Mós e Caldas da Rainha.

Três questões, Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor fica tranquilo ao verificar que o nosso Concelho é dos poucos do Distrito de Leiria que não tem projectos em curso no âmbito dos Cuidados Continuados?

Por que motivo o Concelho falhou o primeiro e o segundo períodos de candidaturas ao programa Modelar, que garante o apoio à construção destes equipamentos?

Terceira e última questão: por que motivo se arrastou, durante tantos anos, a decisão de disponibilizar um terreno e a decisão de participar um investimento que, certamente, teriam facilitado a apresentação dessas candidaturas?

Ao longo dos últimos anos, o Partido Socialista expôs, nesta Assembleia Municipal, as fragilidades evidenciadas pela gestão da Pombal Viva.

Apesar de todas as actividades dessa Empresa serem, potencialmente, geradoras de lucro, a maior parte das mesmas evidenciou, ao longo dos anos, resultados líquidos negativos.

O estacionamento pago por milhares de cidadãos do nosso concelho, financia as restantes actividades, apesar da maioria desses cidadãos não usufruírem das mesmas. Aliás, os pombalenses pagam e, alguns varões ocupam as mesas, utilizando uma expressão do Senhor Presidente da Câmara.

Em 2008, a empresa apresentou um resultado muito negativo de € 267.000,00, originando a perda de mais de metade do capital social.

No Balanço de 2008, temos que contar com o fracasso organizativo e financeiro das Festas do Bodo, com uma brutal derrapagem nas contas e um prejuízo que ascende a mais de € 300.000,00, ultrapassando as piores previsões e dando razão ao PS que, nesta Assembleia, exemplificou várias despesas não contabilizadas na primeira versão das contas.

Importa também não esquecer que as últimas Festas do Bodo tiveram a participação dos pombalenses que pagaram a entrada nessas mesmas Festas, pagando cerca de € 173.000,00.

Em Agosto do 2008, o Eng.º Narciso Mota, não poupou elogios ao Administrador da Pombal Viva, pelo empenho e esforço que aplicou na organização das Festas.

Em Abril de 2009, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, já não poupou críticas à gestão desse administrador, chegando ao ponto de dizer que foi enganado pelas informações que o Administrador Executivo lhe transmitia, mas, em 15 de Abril de 2009, referiu o Senhor Presidente do Concelho de Administração da Pombal Viva: " Não sei se no próximo mandato ele quer continuar ou se quer ser candidato a político, para já deposito total confiança nele e espero que a auditoria não me desiluda."

No dia 22 de Abril disse considerar o Administrador Executivo da Pombal Viva uma pessoa competente, profissional, rigorosa e zelosa.

Ora, Senhor Presidente da Câmara, foram precisos oito meses para perceber que tinha sido enganado, mas foi preciso menos de uma semana para recuperar a confiança em quem supostamente o iludiu e é por isso que, nesta Assembleia Municipal, e apesar deste assunto estar no centro do debate político há várias semanas, há um conjunto de questões que, na qualidade de Presidente da Câmara e na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da Pombal Viva, não posso deixar de lhe colocar com a maior brevidade possível.

Primeira questão: Enquanto Presidente do Conselho de Administração da Pombal Viva, V. Ex.ª admite que perdeu o controlo da gestão da empresa? Quem manda verdadeiramente na Pombal Viva, é o Administrador ou é o Presidente do Conselho de Administração?

Segunda questão: quais as razões que o levaram a anunciar a substituição do fiscal único da empresa? É este o modelo de gestão rigorosa e transparente que V. Ex.ª tanto apregoa?

Como é possível, perante os prejuízos do Bodo, os resultados negativos da Empresa, o falseamento da informação, o Presidente do Conselho de Administração da Pombal Viva manter a confiança no Administrador Executivo? No administrador que falseia resultados, que transige nos procedimentos, que manipula os números para esconder os maus resultados de gestão?

Como diz o nosso povo, o pior cego é aquele que não quer ver.

E lembrava apenas, para terminar, que é da responsabilidade do Município cobrir os prejuízos da exploração anual da Pombal Viva, ou seja, a gestão ruinosa do Conselho de Administração vai ser suportada pelo orçamento Municipal e pelos impostos pagos pelos pombalenses, ou seja, os pombalenses vão pagar as Festas do Bodo duas vezes, primeiro pagaram quando pagaram as entradas, e agora pagam novamente, porque é o Orçamento Municipal que suporta os prejuízos.

Eu queria perguntar, Senhor Presidente da Câmara, qual é o respeito que tem pelo dinheiro dos munícipes e por esta aplicação que lhe é dada, e, por outro lado, se lhe parece bem que sejam prejudicados investimentos no nosso Concelho para se pagarem as dívidas da Pombal Viva?

Rematava dizendo e questionando-lhe se o Senhor Presidente da Câmara vai aceitar a proposta do Partido Socialista, no sentido do orçamento das próximas Festas do Bodo, ser aprovado em reunião de Câmara e divulgado publicamente?"

Fernando Carolino, cuja intervenção se transcreve:

"Em véspera de se comemorar mais um 25 de Abril, cada vez mais cravos de revolução, a ser considerado mais um dia de abstinência, sem fazer sentido.

Urge rapidamente dar sentido Nacional ao dia, onde também os pombalenses estiveram presentes.

Da noite para o dia se fez a mudança e, com a senha "E depois do adeus", os gloriosos militares portugueses libertaram do jugo ditador, um povo sedento de liberdade e de melhores dias, quiçá rebuscado, direi mesmo ousado, Abril também pode ser quando um homem quiser, e o vosso bem faz-nos tão mal.

"Não tiro a competência nem o profissionalismo do administrador executivo da empresa, mas este ano vamos ter outro rei a mandar, ele iludiu-se e iludiu-me." Narciso Mota, Presidente da Câmara de Pombal, a propósito das contas do Bodo 2008.

Mas quem pensa que vou por aqui engana-se, não é por aqui que vou como bom camarada desta bancada a opinar e questionar sobre o tal assunto, mas de certeza que ficará no julgamento sério e honesto da população do Concelho de Pombal, o veredicto final.

"Andam a apelar ao voto e nem candidato, ainda apresentaram, à Câmara." O vereador da maioria PSD, em plena reunião de Executivo Camarário, ripostando sobre aspectos de uma peça de opinião expressa, por este Membro da Assembleia. Também não é por aqui, não entro nesse caminho, temos assuntos mais importantes para debater em prol do Concelho e das suas gentes.

O Vereador da Câmara de Pombal, Diogo Mateus, adjectivou os Socialistas de gente desonesta intelectualmente, devido ao facto de terem reafirmado que "O município cobra a factura de água mais cara do Distrito", Notícias do Centro, em edição publicada em 31 de Março de 2009.

Em razão da factura da água, ficamos pelas de bacalhau, nem vou aqui comentar as afirmações proferidas pelo Senhor Vereador, pois devolvo-as, e na integra, a quem as proferiu.

A mim, pessoalmente, bem como aos Socialistas pombalenses, essas não encaixam de todo, e prosseguindo, vejamos um conjunto do baralha, parte e dá, sem nexos e com causa difusa.

A Câmara Municipal de Pombal, já concedeu licença para a construção da superfície comercial Modelo, no Casarelo. "Referir que as entidades locais e regionais deram parecer favorável com excepção para a Associação Comercial e de Serviços de Pombal que votou contra." Notícias do centro, na edição on-line de 14 de Abril de 2009.

Manuel Gonçalves, Presidente da Associação Comercial e Serviços de Pombal, manifesta-se contra a instalação do "Go Shopping", previsto para a zona do Casarelo, na cidade de Pombal. "O complexo comercial que invade Pombal para fazer estragos, principalmente porque a maioria dos seus estabelecimentos terão sedes fora do nosso Concelho", refere Manuel Gonçalves em Notícias do Centro numa edição on-line, de 3 de Abril de 2009.

"Um gestor tem obrigação de "adivinhar" o futuro. Ver mais longe do que os que gere", e quem o escreve é Rodrigues Marques, Membro da Assembleia Municipal, eleito pelas

listas do PSD para a Junta de Freguesia da Albergaria dos Doze, no blog ‘farpas’, publicado em 16 de Abril de 2009.

Que podemos dizer agora?

Que já alguém começa a aparecer e duvida deste modelo de gestão do Executivo pombalense? Mas é precisamente tal o que andamos nós, do Partido Socialista de Pombal, a afirmar e a contrapor desde o início desta legislatura.

Será que só agora é que se começa a entender a nossa oposição firme a determinados tipos de investimentos locais?

Mais vale tarde do que nunca e, daqui para a frente, ainda vamos ouvir, ler e constatar, muito mais indignação às ideias, projectos e pessoas deste modelo de gestão autárquico. Estaremos cá para ver.

E na sábia douda, quiçá empírica opinião do povo deste Concelho, e na conclusão de intervenção aqui vos deixo mais um texto recolhido no éter blogosférico pombalense:

“Fico ansioso para ver como é que este novo PS se vai comportar à medida que se aproximam as eleições, pelos ecos que me chegam da Assembleia Municipal, reconheço algumas mudanças positivas, agora não me desiludam.” Quem o escreveu foi o Adérito Araújo, candidato pela CDU à Câmara de Pombal, em 2005.

Meu caro amigo Adérito Araújo, para ti e para os presentes e para todos os pombalenses o que eu tenho que dizer é o seguinte:

Na vida activa e política, não sou filho de “papá”, sou antes, sim, “papá” de um filho;

Não faço o dever por favor, pelo contrário, sem favor é que faço o meu dever.

Não casei por ter interesse, tive foi um interesse por casar;

Não sou um político Narciso, sou antes mesmo um anti Narciso político;

Não procuro lugar para ocupar, ocupo-me é de procurar o meu lugar.”

Manuel António, que fez a intervenção abaixo:

“Eu pedi para tomar a palavra para falar de um assunto que nos preocupa, a Oeste, nomeadamente, captações de água feitas pela empresa, “Águas do Mondego”, que estão a decorrer no Concelho de Pombal, nomeadamente na Freguesia da Guia e também, penso eu, na Freguesia do Carriço.

Venho aqui pedir para que a Assembleia aprove o pedido de esclarecimento por parte da ARH Centro ou do INAGUE, que são as instituições que tutelam esta área, no sentido de saber se as “Águas do Mondego”, estão licenciadas para o efeito, ou se existe alguma autorização que permita a esta empresa privada fazer a captação de água, porque os furos já começaram a ser realizados, e tanto quanto percebemos serão para estudo, mas o seu resultado é, certamente, para concretizar o abastecimento de água.

Questionamos se será para abastecer o Concelho de Leiria ou o Distrito de Leiria, mas estão a ser feitos no Concelho de Pombal, sem qualquer aprovação

Lembro que em Assembleia nós tomámos Medidas Preventivas de defesa da Mata do Urso e que inclui inclusivamente captações de água para o abastecimento público.

Se o Concelho considera que a Mata do Urso venha a abastecer o Concelho de Pombal, na sua totalidade, importa pedir esclarecimentos, é isso que venho hoje aqui pedir que a Assembleia Municipal aprove o pedido de esclarecimento por parte da ARH Centro ou INAGUE.”

De seguida entregou o pedido de esclarecimento na Mesa.

Adelino Malho, cuja intervenção se segue:

“Trago hoje, aqui, dois temas: O 25 de Abril e as Contas do Bodo.

Antes de mais, quero aproveitar este momento para, aqui, recordar a revolução de Abril de 1974 que pôs fim a um regime opressor e tirano que condenou o país ao isolamento e à estagnação.

Quero saudar os capitães e militares de Abril, que há 35 anos desencadearam e concretizaram um dos feitos mais nobres da nossa história, a restauração da liberdade. Para alguns pode ter sido pouco, mas para mim, a seguir à vida, é o valor mais importante, porque é o princípio de tudo e não consigo compreender, porque tantas pessoas, ainda hoje, abdicam dela. Por este enorme feito, estarei eternamente grato aos capitães de Abril.

Sobre a Pombal Viva, quero dizer o seguinte:

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pombal, há muito tempo que eu, o PS e muitos pombalenses duvidámos da seriedade e da justeza dos negócios da Pombal Viva. As dúvidas acentuaram-se quando foi atribuída, à Pombal Viva, a responsabilidade pela organização das Festas do Bodo, opção errada que o Senhor prometeu corrigir, mas não o fez e já vai pelo mesmo longo caminho em 2009.

A justificação para a entrega das Festas, e lembro, foi a seguinte: ‘pensar grande e profissionalismo na gestão e na realização.’

O resultado está aí, agora mais claro, já sem tantas maquinações, e o Senhor é o responsável pelo fracasso, o Senhor foi pai e padrinho do evento, profissionalismo e rigor nem vê-los, pensamento em grande sim, mas só no gastar e à fartasana.

Senhor Presidente e Senhores Deputados Municipais, os Senhores acham aceitável que se tenham gasto € 70.000,00 em alojamentos e restauração (sem contar os € 25.000,00 do Bob Sinclair)?

Os Senhores acham razoável que se tenham gasto € 6.000,00 em juros, sendo este um evento pontual, que deveria ter proporcionado fluxos de caixa positivos?

Os Senhores acham razoáveis os cachets pagos a alguns artistas (por exemplo: € 75.000,00 para Bob Sinclair, € 11.000,00 para a Ana Malhoa, € 12.750,00 para o Fernando Mendes, etc.)?

Senhor Presidente e Senhores Deputados Municipais, a equipa de gestão da Pombal Viva nunca nos mereceu grande credibilidade. Colocar as festas do concelho nas mãos duma pessoa que já tinha sido acusada, por várias vezes, de promiscuidade, em diversas actividades que desenvolve e dar-lhe total autonomia, é como colocar a raposa a guardar as galinhas.

Senhor Presidente, o seu ex número dois, afirmou que: ‘erros destes eu não cometia’, acredito nele.

Senhor Presidente, o Senhor considera-se o paladino da sinceridade, da transparência e da competência, pergunto-lhe:

- *Como explica tamanho falhanço na gestão e no controlo orçamental das Festas do Bodo de 2008?*
- *Porque mentiu aos pombalenses e aos seus representantes aquando da apresentação da primeira versão das contas?*
- *Conhecia ou não, na altura, a derrapagem das contas?*
- *Teve ou não conhecimento da alteração das condições contratadas com os artistas, nomeadamente, o Bob Sinclair?*
- *Se teve, aceitou as alterações às condições contratadas?*
- *Quem assina os cheques ou autorizações de pagamento de montante elevado na Pombal Viva, (por exemplo, superiores a € 5.000,00)?*
- *O senhor disse que foi enganado (iludido) pelo administrador executivo João Vila Verde neste processo. O senhor aceita quebras confiança e não faz nada? Se não faz nada, que raio de gestor é o Senhor?*
- *O senhor foi enganado ou o Senhor quis ser enganado?*
- *O senhor não age porque não quer ou porque não pode?*
- *O senhor é vítima ou refém?*

- *Porque vai correr com o Revisor Oficial de Contas?*
- *Finalmente, quando é que o Senhor se disponibiliza para discutir, na Assembleia Municipal, as contas das empresas municipais?*

Agora nós temos as contas, se não as discutirmos convosco, nesta Assembleia, discutimos com a população, depois não se queixem.’’

Leovigildo Fernandes, que fez a intervenção que se segue:

‘‘A minha intervenção começa por uma revolta bastante concisa, relativamente às medidas tomadas, no nosso país, no que concerne ao sistema judicial.

A Freguesia do Carriço, ultimamente, assim como o restante País, tem sido alvo de uma onda de vandalismo sem precedentes, onda essa que os organismos oficiais não conseguem controlar, e não a conseguem controlar, por deliberação directa e própria. Recentemente, foi uma pessoa baleada, na Freguesia do Carriço, por roubos de cabos eléctricos, uma semana antes tinham partido os postes de média tensão que levam energia eléctrica ao Osso da Baleia.

Eu rendo aqui a minha homenagem às forças de segurança, uma pessoa que recebe € 750,00 por mês, que coloca a sua vida em risco, a vida dos seus familiares e ainda por cima é enxovalhado publicamente, por quem de direito, que tinha a obrigação de zelar pelos interesses dos cidadãos, nomeadamente as pessoas de bem.

O nosso país está entregue aos bichos, e está entregue aos bichos porque o Ministério da Justiça não quer intervir nesta medida.

Eu vejo, todos os dias, os nossos organismos dos direitos humanos defenderem, constantemente, os criminosos. Onde é que está a defesa dos cidadãos de bem?

Ninguém pensa nestas pessoas, e têm o dever de deliberar para evitar que isto aconteça, talvez porque estão salvaguardados, com guarda-costas ou então com as forças de segurança à espera nas portas das suas residências, esquecem-se que o cidadão comum não tem quem o defenda, é uma vergonha o que está a acontecer no nosso País.

Por falar em vergonha, vou também eu, assim como o meu colega Manuel António, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, referir-me à forma incorrecta como as Águas do Mondego estão a actuar na Freguesia do Carriço, que é aquela que me diz mais respeito, e na Freguesia vizinha da Guia.

Nós, no dia 26 de Setembro de 2008, em Assembleia de Freguesia, aprovámos as medidas preventivas para a área geográfica da Mata Nacional do Urso, área florestal onde temos o nosso aquífero.

Estas medidas preventivas também tinham sido aprovadas no dia 19 de Junho de 2008, pelo órgão executivo, Câmara Municipal de Pombal.

No dia 3 de Fevereiro de 2009, as Águas do Mondego fazem um pedido de perfuração, e eventual captação, na Mata Nacional do Urso, à Autoridade Florestal Nacional, posteriormente, mandam o mesmo pedido a 27 de Fevereiro de 2009, para o executivo municipal. A Autoridade Florestal Nacional não lhe respondeu directamente no sentido de lhe aprovar esta intenção, antes pelo contrário, a resposta que lhe deu foi no sentido de inviabilizar tendo em consideração, a publicação em Diário da República, das medidas que tinham sido tomadas e aprovadas por nós, aqui, na Assembleia Municipal. Não contentes, conseguem a autorização, porque esta autorização que vem da ARH e do INAGUE, com certeza que tem uma finalidade, se calhar a finalidade que depois mais à frente vou referir.

A Senhora Presidente da ARH justifica, no dia 21, que tinha dado um parecer favorável às Águas do Mondego, porque tinha recebido um telefonema da Autoridade Florestal Nacional.

Ontem, mais ao menos por esta hora, na Mata Nacional do Urso, fui identificar o local onde estão a tentar fazer a pesquisa e a perfuração. Por ironia do destino encontrei o

responsável da Mata Nacional nesse mesmo espaço, e questionei-o do porquê daquilo estar a acontecer.

Senhor Presidente, dou-lhe a minha palavra de honra que eles não têm nenhum ofício da Autoridade Florestal Nacional para viabilizar esta perfuração.

Estou extremamente desagradoado com a instituição ARH Centro, com o INAGUE e com a postura pouco ética das Águas do Mondego.

Eu pergunto, onde é que está a democracia do nosso país?

As nossas deliberações e as publicações não têm valor nenhum?

Quem são estes senhores? Mas isto deve ter um propósito, deve ter o mesmo propósito que teve uma conferência que foi organizada pelo Partido da oposição, aqui, na sede do Concelho, nomeadamente, com as Águas de Portugal.

Senhor Presidente da Câmara, dou-lhe os parabéns, mais uma vez. ‘a montanha pariu um rato’ e o Senhor acabou por ficar com a razão, porque, e passo a citar, o que saiu numa comunicação, o Dr. Martins Soares, advogado do Conselho de Administração do Grupo Águas de Portugal, disse que as tarifas devem ser comparadas com o nível de serviço prestado e admitiu que, em Pombal, o custo para os municípios pode ser caro face à qualidade do mesmo, uma falta de respeito e consideração com as entidades oficiais que controlam a qualidade da água – aqui se vê qual é o princípio ético desta Empresa - e depois continua a dizer que no caso de adesão às Águas do Mondego, o tarifário teria de ser aumentado para fazer face a uma maior monitorização e ao investimento a realizar.

Aqui se vê qual é o princípio ético e social desta empresa.

Quer dizer, Senhor Presidente, que o preço da água, afinal, é apetecível, é barato, dou-lhe os meus parabéns.

O Senhor Presidente da Câmara, não quer que o Concelho adira ao grupo, por entender que os gestores ganham muito, mas haviam de escolher um gestor, Senhor Presidente não faça isto, tome um conselho de quem tem idade para ser seu filho, se fizer isto, o Senhor corre o risco de ficar envergonhado, porque estes lugares estarão cativos para os Senhores Ministros, os Senhores Secretários de Estado, outras entidades, amigos e familiares, é preciso que haja cuidado, é que uma mensalidade de um gestor destes, não anda num valor de um ordenado de um Presidente da República, nem do Primeiro Ministro, são valores chorudos entre os € 30.000,00 e os € 40.000,00. Esta é que é a realidade.’’

Pedro Pimpão, cuja intervenção se segue:

‘Primeiro apontamento, aqui, à intervenção oficial do Partido Socialista relativamente ao 25 de Abril, que começou bem, a justificar e a realçar o esforço dos heróis de Abril, e que terminou muito mal, porque creio que a frase deixada foi: ‘depois não se queixe.’, e é com este tipo de ameaças que não se dignifica nada o exercício da democracia em Portugal.

O Fernando Carolino falou também, no decurso da sua intervenção, das dificuldades do Partido Socialista encontrar um candidato à Câmara, nesse processo interno e eu que estou fora coloco-me na posição das pessoas que seriam putativos candidatos à Câmara Municipal de Pombal pelo Partido Socialista e vejo que ninguém quer assumir, porque ninguém quer correr o risco de ser atirado ao tapete como aconteceu ao Senhor Eng.º Sérgio Leal a meio do mandato e daí, se calhar, algumas dificuldades em encontrar um candidato que assuma.’’

Relativamente à intervenção que queria fazer, deixar aqui algumas notas do que me preocupa enquanto cidadão pombalense.

Desde logo, as notícias que têm vindo a público de que há focos de criminalidade que se adensam no nosso concelho, isto é preocupante e já falámos, aqui, várias vezes, sobre

esta situação, e creio que o 25 de Abril, não foi feito para as pessoas terem medo e para se adensar este clima de insegurança que se verifica, a nível Nacional, daí que eu faça mais um alerta para que as entidades competentes, ao nível da Tutela, nomeadamente, o Ministério da Administração Interna e todas as suas dependências, façam alguma coisa para diminuir o impacto que esta insegurança pode ter na população, nomeadamente, na população que nos diz respeito, a população do Concelho de Pombal.

Continuando, uma notícia a que também pouca gente dá importância, porque isto não dá votos, não dá votos, mas tem que ser dito.

Já falamos, aqui, várias vezes, sobre a sinistralidade rodoviária, mais uma vez temos assistido a inúmeros acidentes no troço do IC2, entre Leiria e Coimbra, um dos troços mais perigosos a nível Nacional, e toda a gente a assobia para o lado, toda a gente com responsabilidades políticas e administrativas, neste País, assobia para o lado.

É muito triste, enquanto cidadãos, vemos o nosso Governo da República passear de Norte a Sul do país, com investimentos avultados em grandes auto-estradas, em grandes investimentos ao nível rodoviário, e a deixar de lado uma intervenção necessária e indispensável para preservar a vida humana, porque é disso que se trata, dado ser um dos troços mais trágicos do país e diz-nos respeito, pois diz respeito também às populações que circulam nas nossas terras.

Passando e continuando, normalmente gostamos, aqui, de falar de coisas más, de coisas tristes, de coisas que provocam o sentimento das pessoas, de indignação, mas também temos que realçar aquilo que nos valoriza enquanto território e enquanto população.

Desde logo a promoção e a dinamização que é feita em termos culturais no nosso concelho e que nos deve orgulhar enquanto cidadãos, porque são poucos os Concelhos que conseguem ter a oferta cultural que o nosso tem, nomeadamente, o Festival de Teatro organizado em parceria com o Teatro Amador de Pombal, que também já é uma referência no panorama Nacional, e que consegue ter, em Pombal, grandes espectáculos de projecção nacional e que muito nos congratulam, pelo menos esta possibilidade. Queria realçar o investimento que este Município fez na inovação e desenvolvimento tecnológico. Tive a oportunidade de, no passado dia 17 de Abril, passar num final de tarde - como muito poucos com responsabilidades políticas passaram -, no auditório do Teatro Cine de Pombal a acompanhar aquela que foi uma conferência direccionável de inovação e desenvolvimento tecnológico, adaptada à iluminação pública, e digo-vos que senti-me satisfeito e realizado por saber que o meu Município, o Município de Pombal, está na vanguarda da inovação e do desenvolvimento tecnológico, porque quando se fala em milhões de euros investidos em grandes áreas, em grandes projectos, nós temos aqui um projecto que começa numa simples rua de iluminação LED, que beneficia o nosso erário público. A poupança energética a 60% e duas vezes superior às lâmpadas normais e, em vida, é muito superior às tradicionais lâmpadas que temos, aliadas à tecnologia amiga do ambiente, uma vez que não contêm chumbo, nem mercúrio, fazem deste um exemplo que vai ser seguido, que vai ser replicado a nível Nacional, e que começa em Pombal, e é muito bom, ligarmos a televisão e vemos no telejornal, Pombal noticiado pelos bons motivos e não pelas tristes notícias que têm acontecido no passado.

Os meus parabéns.’’

Eusébio Domingues, cuja intervenção é a seguinte:

‘‘Realmente, o Partido Socialista tem que arranjar sempre qualquer coisa, em cada Assembleia.

Evidentemente, e vou directamente ao assunto, o Bodo e as contas do Bodo não deixariam de ter uma reflexão, até porque, relativamente às Festas do Bodo e às acusações aqui proferidas por alguns Membros do Partido Socialista, onde se acusa publicamente o Administrador de desonesto, primeiramente, não é correcto, a menos que

estes Senhores conheçam, mas desafio-os a que, aqui, publicamente, digam onde é que tais actos foram praticados, até porque nós, da Bancada do PSD, também gostávamos de saber.

Dizer também que, efectiva e aparentemente, houve uma derrapagem financeira nas Festas do Bodo de 2008, é evidente que o município é que terá que suportar os custos, é evidente que isto deve-se, daquilo que sei, a uma escassez de receita inicialmente prevista.

E agora pergunto, quantas vezes, neste País, é que há derrapagens em obras ou outros investimentos, mas falamos de outros valores, não estamos a falar de € 300.000,00, na realidade, e no fim, quem é que paga as despesas? Não somos todos nós? E é por isso que deixa de haver derrapagens?”

Pedro Murinho, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“Quero aqui trazer, neste período de antes da ordem do dia, um voto de louvor ao nosso Município, pelo excelente exemplo que tem sido, no nosso País, ao nível das boas práticas, a que o nosso Município já nos vem habituando.

Mais uma vez, o Município de Pombal é distinguido com o Galardão ECO 21, atribuído pela Associação Bandeira Azul da Europa.

De entre os 43 Municípios envolvidos neste projecto, que concorreram de forma voluntária, tendo aprovado a aferição das práticas sustentadas em análise, só 29 conseguiram o tão desejado prémio, a tão desejada Bandeira Verde ECO 21, no qual Pombal se inclui, destacando-se ainda Pombal, como sendo um dos 13 Municípios mais pontuados, superando os objectivos definidos para 2008 em mais de 60%.

Inspirado nos objectivos da Agenda 21, o projecto ECO 21 procura, através de um sistema de 23 indicadores e diversos sub-indicadores, avaliar diversas vertentes da sustentabilidade, desde a gestão dos recursos à informação aos munícipes, à promoção da educação ambiental, por iniciativa do município, à implementação da campanha Bandeira Azul e do projecto ECO Escolas, certificação e sistemas de gestão da qualidade, conservação da natureza e biodiversidade, gestão e conservação da floresta, ordenamento do território, qualidade da água para consumo doméstico, recolha selectiva de resíduos, eficiência energética, mobilidade sustentável, qualidade do ambiente sonoro e do ar, turismo sustentável, emprego, etc., etc.

A importância deste Galardão também se mede pelas entidades que compõem o júri, destacando-se a Agência Portuguesa do Ambiente, a Autoridade Florestal Nacional, as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, a Direcção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural, o Instituto da Conservação da Natureza, o Instituto Nacional de Estatística, o Instituto Português da Qualidade, o Instituto Regulador da Água e dos Resíduos, entre muitos outros.

O significado deste galardão é, sem dúvida, o reconhecimento do mérito e coragem que o Município de Pombal teve em se submeter a esta avaliação externa, enfatizando, acima de tudo, as boas práticas e os melhores resultados possíveis, prova mais que evidente que estamos perante um Município no bom caminho do progresso sustentado, ao contrário do que possa parecer para alguns.

Está, portanto, de parabéns o Município de Pombal com o esforço na participação neste projecto, e pelos excelentes resultados obtidos, motivo de satisfação para todos nós.”

José Gomes Fernandes, cuja intervenção se transcreve:

“Hoje vou mudar um bocadinho de tema e vou falar do desemprego.

Já me ouviram aqui trazer a preocupação sobre o nível de vida dos portugueses, do seu bem-estar, preocupação por aqueles que também, no fundo, têm que fazer andar o país e tentar pagar alguns impostos para que o país possa progredir.

Nesse quadro, pretendia aqui, muito rapidamente, fazer uma referência ao desemprego no Concelho de Pombal e compará-lo com alguns Concelhos aqui próximos.

O desemprego no Concelho de Pombal tem aumentado desde Janeiro de 2008 em que havia 992 desempregados contra 1495 em Março deste ano, mais 1119 em menos de um ano. Poderíamos dizer que o desemprego no Concelho de Pombal evoluiu mais ou menos do que noutros locais, poderíamos comparar, por exemplo, com Figueira da Foz, Leiria e Marinha Grande, sendo que esta ainda tem menos população que o Concelho de Pombal - por exemplo, esses números, na Figueira da Foz, são actualmente 3180; em Leiria - 4212 e na Marinha Grande que tem cerca de ¾ da população do Concelho de Pombal, tem 1845, ou seja, bem mais que o Concelho de Pombal.

Poderíamos dizer então que estamos bem no Concelho de Pombal? Não, não estamos, infelizmente não estamos bem no Concelho de Pombal, como não estamos em todo o país e de facto precisamos de todos nós, de ganhar animo para que possamos sentirmo-nos motivados, para darmos a volta a esta crise que se manifesta, a todos os níveis, não só a nível económico, mas também a nível moral e a nível de valores.

Poderemos dizer então que o nosso Concelho, apesar de tudo e desta dificuldade, dentro dos Concelhos limítrofes ainda é o que menos tem sofrido?

Se recordarem que, logo no início desta legislatura, se é assim que se pode chamar, eu alertava para a crise que aí vinha e dizia que muitos dos portugueses estavam a emigrar para o estrangeiro, infelizmente, o nosso Governo, liderado por José Sócrates, dizia que estava uma maravilha, tínhamos um país muito forte, que havia uma economia muito forte e que a crise não chegava a Portugal, para mais tarde vir dizer que a crise é internacional, quando nós entrámos em crise primeiro que qualquer outro país da Europa, esta é a realidade.

Há muitos portugueses que ainda hoje estão a sair para o estrangeiro para poderem, de facto, dar comida aos seus filhos e pagar as dívidas. Há famílias, neste Concelho e noutros, cuja receita mensal é muito inferior às suas obrigações quanto a dívidas.

Deixava só esta reflexão em todos nós, para que nos lembremos que, de facto, estamos próximos do 25 de Abril.

Não era para abordar o 25 de Abril, mas depois de ouvir falar no 25 de Abril e no herói de quatro dos capitães de Abril, também me lembro de um Otelo que, agora, de facto não teve responsabilidade no 25 de Abril ou teve, também, nas FP's, responsabilidade moral pelo menos, como dizia a testemunha única que foi condenada porque confessou os crimes das épocas do 25 de Abril.

Agora estamos a assistir à pouca vergonha da reforma que este Senhor vai receber, que todos nós vamos pagar, e nós dispensamos estes heróis.

Isto para vos dizer que, de facto, a todos aqueles que dizem que o 25 de Abril foi só maravilhas, o 25 de Abril não foi só maravilhas, também foi isto, este é o custo da liberdade, é o custo da democracia, eu gosto da democracia, defendo a liberdade e não gosto que me imponham pensamentos ou que me punam por delitos de consciência, eu gosto de manifestar a liberdade e faço-o em qualquer ponto, perante qualquer pessoa.

Também me revolta que tenha ocorrido com o 25 de Abril uma corrente, por alguns donos dessa liberdade e donos dessa opinião, que nos impõem, todos os dias, a lembrança de que o 25 de Abril foi só maravilhas, não foi, para não falarmos da descolonização desastrosa para tantos povos que foi.

O 25 de Abril teve essa parte positiva da liberdade, só que depois teve o abuso da liberdade.

Ainda hoje esses abusos continuam, e eu peço, aqui, a todos, para que possamos reflectir, porque é que os portugueses votaram em Salazar como a personalidade do Século XX? Reflectam, pensem.

O que é que nos pode acontecer se continuarmos com a gestão que temos com os nossos administradores públicos, com os nossos políticos, sobretudo as atitudes do Governo e das Assembleias da República, que vão depois para as empresas receber participações por presenças, € 5.000,00, apenas numa Assembleia porque comparecem, por isso, eu digo a lei foi feita para defender, de facto, os direitos do Homem, só que, como está programada, como está feita, às vezes é os direitos do Homem criminoso e não é os direitos do Homem cumpridor.

Ouviram defender, aqui, também, a actuação dos membros de segurança ou da GNR, também presto a minha solidariedade para com membros da GNR que têm que dar o cabedal, o corpo para nos defender, da GNR ou de outras forças de Segurança, muitas vezes sem vontade.

Espero que reflectam muito seriamente no caminho que devemos seguir, o que vamos seguir nesta democracia, porque a democracia não é só prazer, não é só direitos, também é deveres e nós não temos consciência dos nossos deveres, nunca queremos cumprir o que quer que seja, apenas pedimos e não queremos dar nada em troca.

Vamos também pedir um pouco da nossa generosidade e dizer que temos que fazer alguma coisa para que este país saia desta crise assim como os outros também, e que a democracia tenha regras, e regras fortes, para que possa funcionar e nos possa proteger, a todos nós, na nossa organização social.”

Íldio da Mota, cuja intervenção se segue:

“Senhor Presidente da Assembleia, permita-me que, através desta magna Assembleia, faça um apelo.

Em ano de três actos eleitorais e conseqüentemente de três campanhas, deixo este apelo às forças partidárias: Que na colocação de cartazes, out-doors e outro material de campanha, procurem causar o mínimo impacto em espaços públicos, designadamente, jardins e monumentos.

Nós, autarcas, procuramos manter estes espaços agradáveis, muitas das vezes com grandes dificuldades, para depois os vermos profanados, permitam-me a expressão, com o material de campanha eleitoral.

Assim, deixo este apelo para que os responsáveis pelas campanhas sejam criteriosos na selecção das localizações do material de campanha e cuidem bem destes espaços que são de todos nós.”

Rodrigues Marques, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“Eu fico contente, porque finalmente o Partido Socialista tem um candidato. Rigorosamente como eu disse e escrevi, desejo ao Dr. Adelino Mendes rigorosamente aquilo que desejo ao Dr. Rui Miranda, felicidades, mas que não ganhem.

Dr. Adelino Mendes, na última Assembleia Municipal, e V. Ex.^a acabou por colocar essa questão, falou-se relativamente às medidas que o Município no seu todo, e não só a Câmara Municipal, porque há muitas entidades envolvidas nesse assunto, teriam feito.

O ponto da situação é em Junho, todavia, podemos fazer agora o ponto de situação intercalar.

Há bocado fiquei contente por o Partido Socialista ter um candidato e agora fico triste, porque, efectivamente, o nosso desemprego está numa derrapagem que é muito preocupante.

Segundo o Instituto de Emprego e Formação Profissional, o mês homólogo dá 23%, portanto, comparando o desemprego com o mês de Março do ano passado, relativamente entre Fevereiro e Março dá 3,2%, o que é rigorosamente preocupante.

Por outro lado falou-se, e está na acta da última Assembleia Municipal, que o emprego social seria aquele que o Governo iria, digamos, desencadear como forma imediata de conseguir resolver ou tentar resolver esta situação.

A Conferência Episcopal, veio a público dizer que isto não funciona, e não funciona por uma razão muito simples, porque as pessoas não aparecem no Centro de Emprego. Que envia as pessoas para os locais de trabalho e que as pessoas não aparecem porque recebem mais subsídio do que aqueles que vão trabalhar e estamos a falar de pessoas a quem é oferecido um emprego com € 450,00, mais 25% por causa dos turnos, portanto, Dr. Adelino Mendes, faça o favor de ir para Lisboa e dizer lá, àquela gente, que algo está errado neste país.

Relativamente aquilo que nós temos andado a fazer, a Associação Industrial do Concelho de Pombal, em parceria com a Câmara Municipal, fez uma candidatura ao Gabinete de Inserção Profissional que foi aprovada na semana passada e, portanto, vamos, de imediato, para o terreno, tentar ajudar a resolver esta situação do desemprego que me deixa muito triste.

Senhor Dr. Fernando Carolino, referiu umas declarações que o Senhor Manuel Gonçalves, Presidente da Associação Comercial e de Serviços de Pombal, fez, relativamente ao “Go Shopping”.

Eu gostava de dizer ao Dr. Fernando Carolino, que nós estamos num processo de tentar ter uma única voz empresarial em Pombal.

O Senhor Dr. João Alvim, que não está presente, aqui, na sala, fez o favor de agarrar um projecto de estatutos para conseguirmos ultrapassar essa situação, porque não é fácil ultrapassá-la, em termos práticos e burocráticos, com a criação da Associação Empresarial de Pombal, de maneira a que houvesse uma única voz dos empresários a falar, em Pombal. Vamos ter assembleia no dia 29, já está no notário da Dr.ª Paula o projecto de estatutos para ela analisar e penso que, muito rapidamente, conseguiremos ter uma única voz dos empresários de Pombal.”

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que respondeu à interpelações que lhe foram dirigidas, como se segue:

“Eu costumo dizer muitas vezes um provérbio popular, “Bem pregas frei Tomás, faz como eu digo e não faças o que eu faço”, e isto pode aplicar-se, efectivamente, ao Partido Socialista que, quando está na oposição tem uma prática e quando está a governar os destinos deste país, tem outra.

Lembrei-me, a propósito destas críticas e desta política do bota a baixo que eu rotulo que os políticos de carreira muitas vezes utilizam demagogia, e até falta de ética, basta ouvir aquilo que se passa na nossa Assembleia da República, e aqui também, para dizer o seguinte:

Há uns anos atrás, quando a distinta Dr.ª Leonor Beza era Ministra da Saúde, foi crucificada por haver lá, no laboratório, sangue contaminado, e houve alguém que, efectivamente, - foi o meu primeiro patrão por conta de outrem, foi o Senhor António Champalimaud, porque eu já trabalho há mais de 40 anos por conta de outrem e hoje trabalho por conta de 60.000 - alguém se lembrou de lhe entregar uma fundação para ela administrar, por acaso e por ironia do destino, ligada à investigação científica no campo da medicina, com o valor de € 850.000.000,00.

Eu agora também sou crucificado por a Pombal Viva ter o resultado que teve, porque houve dúvidas, houve indução em erro, não intencional mas factual, por estar efectivamente a administrar a Empresa Pombal Viva com um Vereador, porque ela tem um rosto, que é o do Administrador Executivo, Dr. João Vila Verde, e eu quero ler, aqui, uma acta da reunião de Câmara, do dia 8 de Agosto, que diz o seguinte:

«O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao Senhor Administrador Executivo da Pombal Viva que fez uma apresentação dos resultados das Festas do Bodo, dizendo que não se pode contabilizar o que Pombal terá ganho com a

projecção das Festas para o exterior, ultrapassando-se o estereótipo de Festas Locais.

Relativamente ao défice, disse ter pensado que as Festas se pagariam a elas próprias e que não se sente confortável com os resultados apesar de serem as Festas mais baratas dos últimos tempos.

O Senhor Presidente da Câmara endereçou os parabéns ao administrador da empresa enaltecendo o seu profissionalismo e competência, na organização das festividades, cujo balanço é positivo, até porque, apesar do défice, as Festas ficaram mais baratas ao erário público do que as anteriores edições.

Informou que, no próximo ano, a Pombal Viva vai ficar apenas com os espectáculos do Estádio Municipal e com o marketing.

Acrescentou que, na área desportiva, apenas se irá manter a Meia Maratona e que só paga quem quiser assistir aos espectáculos no Estádio.

Finalmente disse que se irá gastar menos em marketing e em segurança, a qual deverá ser efectuada por funcionários.

O Senhor Vereador Dr. Rui Miranda, reconheceu que o balanço final é positivo e perguntou ao Dr. João Vila Verde, qual o motivo dos resultados financeiros do espectáculo "Noddy" não constarem das contas.

O Senhor Vereador Eng.º Sérgio Leal manifestou a sua satisfação pela qualidade das Festas do Bodo e disse que concorda que apenas os espectáculos sejam pagos.

O Senhor Administrador Executivo informou que as contas do "Noddy" não constam das contas do Bodo em virtude de ser a Empresa a assumir o seu custo.

A Câmara tomou conhecimento.»

O espectáculo do "Noddy" teve um prejuízo de, aproximadamente, € 25.000,00.

As Festas do Bodo tiveram uma receita de € 539.000,00 mas a despesa foi superior a € 800.000,00.

Neste momento, está a decorrer uma auditoria para verificar se há alguma irregularidade, se há alguma desfasagem entre o que se pagou e o que se recebeu, ou se há um cêntimo que seja, desviado.

Não se podem julgar e crucificar, de ânimo leve, na praça pública, pessoas que se revelam com capacidade e que podem dar ainda muito contributo ao desenvolvimento do País e do Concelho.

Vamos esperar tranquilamente pela resposta da auditoria.

Aquilo que se gastou previamente, com os espectáculos do Fernando Mendes para os Centros Sociais e com o "Noddy", com três ou quatro espectáculos, podia ter sido evitado se se fizesse só um.

Não sou como alguns iluminados administradores públicos e políticos deste Governo que vão a uma reunião ou duas, da Brisa, por mês, e recebem € 5.000,00, pela presença, se calhar recebem mais de € 100.000,00 por ano e dizem-se Socialistas

Quanto às Unidades de Cuidados Continuados, já há uns anos atrás fui crucificado pelo Centro de Saúde por não haver terreno.

A Unidade de Cuidados Continuados tem cinco mil e tal metros de terreno na Charneca, estão entregues à Santa Casa da Misericórdia que está à espera de luz verde de alguém que diga assim: temos capacidade de colocar lá os técnicos e o equipamento.

A responsabilidade pelos Cuidados Continuados não é dos Presidentes de Câmara é do Ministério da Saúde.

Almagreira tem um terreno comprado pela Câmara, tem um projecto pago, e anda há 10 anos à espera que a Administração Regional de Saúde lhe dê o Centro de Saúde ou o Posto Médico.

É este Governo e este País que temos, portanto, está o assunto arrumado.

Dr. Fernando Carolino, o Modelo foi aprovado com pareceres técnicos da Câmara, mas antes dos pareceres técnicos da Câmara, teve a aprovação da Delegação do Ministério da Economia do Governo PS, teve a aprovação, por unanimidade, em Leiria, na AMLEI, e se, como Presidente de Câmara, reprovasse esse investimento, hoje ainda era mais crucificado.

Quando cheguei à Câmara encontrei 1.440.000 contos de dívidas, e algumas dívidas a pagar a prestações, a fornecedores e empreiteiros, e nós tivemos que ir buscar a um banco 500.000 contos de empréstimo, na altura, para pôr a contabilidade desta Câmara em dia, e também encontrei juros de bancos com determinada finalidade, não negociados. Portanto, meus caros amigos, quando criamos e quando sabemos a gestão que estamos a fazer, temos força e ânimo para continuar a ter a confiança do povo de Pombal, como eu disse há pouco, trabalhamos para eles, são 60.000 patrões que eu tenho como administrador da função pública, são 55.000 eleitores, Pombal não está em decadência nem retracção, tivemos mais 9.500 eleitores inscritos, está em crescimento, é um Concelho de referência Nacional e Regional com prestígio, com boas práticas administrativas, com a primeira rua iluminada com a nova tecnologia LED.

O Senhor Eng.º Malho, já se candidatou a esta Câmara pelo Partido Comunista, há 14 anos, valeu quatrocentos e tal votos. Como ele é muito criterioso, apelo para que ele, uma vez que já há candidato do PS, seja candidato, com clareza política e com convicção, pelo Partido Comunista, para se apresentar aqui também uma candidatura do Partido Comunista, porque quanto mais projectos houver, melhor para esta Câmara.’’

Terminadas as explicações do Senhor Presidente, ouve-se algo imperceptível e, de seguida, o **Senhor Presidente da Assembleia** disse o seguinte:

‘‘Eu queria recordar ao Senhor Eng.º Adelino Malho que quem dirige esta Assembleia sou eu, não é o Senhor, e portanto, acho uma deselegância da sua parte dizer que dá mais tempo, o Senhor não pode dar coisa nenhuma.

O Senhor já fez as perguntas, ou aceita ou não aceita as respostas.

O período antes da ordem do dia, terminou, foi ultrapassado em 10 m, se quiser fazer alguma intervenção para defesa da honra devido a qualquer ofensa, faça favor de submeter as questões, porque eu não vou dar mais tempo para este assunto porque os Senhores têm os canais normais e com toda a certeza que a Câmara, fornecerá às bancadas todos os elementos discriminados relativamente às Festas do Bodo.’’

Adelino Mendes, que solicitou a palavra para o seguinte esclarecimento:

‘‘Disse, o Senhor Presidente da Câmara, que a participação da Câmara para as Festas do Bodo de 2008 será da mesma ordem de grandeza da dos anos anteriores, sendo que a Câmara terá de suportar os € 300.000,00 de prejuízo e o que os Pombalenses pagaram € 173.000,00 de entradas, o que dá uma participação de Câmara e Pombalenses da ordem de € 473.000,00, eu pergunto qual foi o encargo, que a Câmara teve nos anos anteriores com as Festas do Bodo?’’

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia deu de novo a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que respondeu o seguinte:

‘‘As despesas da Câmara com as Festas do Bodo foram de:

- *no ano de 2000 - € 181.511,00;*
- *no ano de 2001 - € 174.579,00;*
- *no ano de 2002 - € 195.162,00;*
- *no ano de 2003 - € 184.056,00;*
- *no ano de 2004 - € 171.000,00;*
- *no ano de 2005,- € 240.000,00,;*
- *no ano de 2006 - € 145.000,00; e*

- *no ano de 2007 - € 141.000,00.*''

Ponto 2 - Período da Ordem do Dia:

Ponto 2.1 - Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que teceu as considerações que entendeu, colocando-se à disposição dos Membros da Assembleia Municipal para qualquer esclarecimento.

Colocado este ponto a discussão inscreveram-se os seguintes Membros:

Fernando Carolino, que fez a seguinte intervenção:

''Aquilo que eu quero aqui dizer, é o seguinte:

Lamentavelmente esta reunião foi marcada para 24 de Abril.

Recebemos a convocatória que foi publicada no site da Câmara Municipal de Pombal no dia 21 de Abril.

Foi-nos colocada à frente uma condição que é analisar documentos que, tecnicamente, muitos de nós não estamos habilitados para o fazer.

Sinceramente, das informações que foram prestadas pela Câmara, eu aí consigo entendê-las, porque qualquer um de nós as pode entender, agora, tudo o resto, efectivamente, é muito complicado.

Não somos profissionais da política, trabalhamos por conta de outrem, eu falo por mim, tenho um horário de trabalho que tenho que cumprir, não estou a queixar-me dessa situação estou a queixar-me do tempo com que as coisas nos são apresentadas e, lamentavelmente, mais uma vez, esta Assembleia Municipal, e todos aqueles que aqui estão presentes, foram presenteados com uma série de documentos que, dificilmente, podem ter em bom julgamento, para aqui serem discutidos.

Quero fazer este protesto e quero que, efectivamente, nesta Assembleia Municipal, fique mais uma vez, a posição do PS reforçada, nesse sentido.

Temos recebido os documentos de forma a que não possamos analisá-los com consciência para aqui podermos tecer críticas e situações de benfeitorias porque nós, acima de tudo, somos pombalenses.

Se algumas coisas vão sendo feitas neste Concelho, beneficia todos os pombalenses, não acredito que a Câmara Municipal de Pombal consiga beneficiar quem é do PSD e prejudicar quem é do PS, antes pelo contrário, vai fazendo o benefício de todos aqueles que são pombalenses e, como tal, nós estamos a defender uma parte daqueles que votaram em nós, uma parte daqueles que acreditaram nas nossas ideias e numa posição que nós defendemos durante uma Campanha Eleitoral.

Deve de haver um pouco mais de dignidade neste sentido. Se somos Membros por eleição desta Assembleia Municipal, também devemos ter, por parte de quem organiza esta Assembleia Municipal, o respeito para que possamos ter os documentos de forma a serem analisados.''

O **Senhor Presidente da Assembleia** disse querer esclarecer que os documentos são distribuídos a toda a gente na mesma altura e que não se enviam documentos para uns numa data e para outros, noutra.

Disser ter assinado a convocatória no dia 16 de Abril, e que a mesma foi enviada com uma semana de antecedência.

Disse ter recebido os documentos na segunda feira, dia 20, e lamentar que haja alguém que os tenha recebido mais tarde.

Referiu que também é profissional e que também tem que trabalhar mas que os profissionais da Câmara conhecem, com certeza, a legislação.

Acrescentou que está na Assembleia há 24 anos e que, nessa altura, os documentos eram muitas vezes recebidos no próprio dia ou na véspera, mas que, de há alguns anos a esta parte os documentos chegam a horas apesar de haver um ou outro que chega mais tarde em virtude de ser presente à última reunião de Câmara.

Disse que o Dr. Fernando Carolino tem razão numa questão que é, com certeza, pugnar por uma maior antecedência na recepção dos documentos.

Referiu que os documentos aqui em análise, pelo menos, aquele que, constando da ordem do dia, é o mais importante, foi entregue atempadamente.

Disse agradecer que, pelo menos, houvesse respeito, relativamente à sua acção porque, com certeza, que nunca seria sua intenção prejudicar fosse quem fosse, relativamente aos documentos que devem ser amplamente analisados e discutidos na Assembleia Municipal.

Fernando Carolino, que usou da palavra como se segue:

“A questão dos documentos que aqui estamos a colocar é a seguinte:

Esta Assembleia Municipal, deduzo eu, tem como princípio uma discussão sadia e que seja esclarecedora para o Concelho de Pombal.

Quando nós, no sentido das intervenções na generalidade, estamos a cortar as nossas intervenções, a todos nós, não estou a falar do PS, e, seguidamente, recebemos esta documentação que é importante para o nosso Concelho, vai-se esvaziar todo o sentido de discussão que o Senhor queira dar a esta Assembleia Municipal, por isso, vamos deixar ficar, única e simplesmente, nas pessoas que estão na Câmara Municipal de Pombal, neste caso...”

O **Senhor Presidente da Assembleia** interrompeu a intervenção dizendo o seguinte:

“Eu tenho que o interromper.

Há questões práticas, problemáticas e perguntas directas, os Senhores perdem metade do tempo em considerandos, assim nunca se discute nada. Os Srs. deputados têm tempo para preparar estas Assembleias, especialmente quando são assuntos que vos interessam, qualquer das bancadas sabe isso, não são profissionais mas são pessoas suficientemente competentes dentro das vossas sensibilidades políticas para o fazer.

Os Senhores fazem atrasar os trabalhos da Assembleia e não dão tempo para que nós possamos, na hora Regimental, discutir aquilo que é mesmo importante e não andarmos a repetir, intervenções sobre as mesmas questões e portanto, são os Senhores que são responsáveis pela boa utilização do tempo.

A democracia tem regras, tem direitos e tem deveres e os Srs. têm um dever regimental, se não o utilizam bem, o problema é vosso.”

Ponto 2.2 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Regulamento Municipal de Delimitação da Protecção da Captação da Nascente do Ourão.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que teceu as considerações que entendeu necessárias, colocando-se à disposição dos Membros da Assembleia para qualquer esclarecimento.

De seguida colocou este ponto a discussão tendo-se inscrito:

Carlos Cardoso, cuja intervenção se segue:

“Fico realmente satisfeito por aparecer este documento, que a Câmara Municipal elaborou e que vai, de alguma forma, permitir salvaguardar aquela riqueza natural que temos na nossa Freguesia.

Todos nós sabemos, e já foi aqui falado, nesta Assembleia, que existem lá algumas indústrias que estão a laborar há bastante tempo e que têm algumas actividades que são, ou que de alguma forma poderão vir a ser, poluentes para aquela captação.

Sei que a Câmara Municipal está sensibilizada, o Senhor Vereador do ambiente também está, de alguma forma, sensibilizado e tem-se deslocado ali algumas vezes, mas é preciso fazer cumprir realmente os planos de lavra, é preciso saber para onde vão as escorrências, para onde é que vão os efluentes e é nesse sentido que eu quero de alguma forma alertar, para que este documento, estando no papel, na prática seja também controlado e fiscalizado. Compete à Câmara Municipal a sua fiscalização e apelo para que, periodicamente, se desloquem lá os técnicos para que este documento tenha os efeitos práticos necessários para salvaguardar, realmente aquela riqueza.’’

Colocado este ponto a votação foi o mesmo aprovado por unanimidade e por minuta.

Ponto 2.3 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Regulamento Municipal de Delimitação da Protecção das Captações PS1 e PS2 da Mata Nacional do Urso.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que teceu as considerações que entendeu necessárias, colocando-se à disposição dos Membros da Assembleia para qualquer esclarecimento.

De seguida colocou este ponto a discussão tendo-se inscrito:

Leovigildo Fernandes, que fez a intervenção abaixo:

‘‘É só para dizer, publicamente, que a Freguesia do Carriço tem orgulho em estar a colaborar neste projecto, que é um projecto de extremo interesse social e com certeza que será uma mais valia para nós termos a sustentabilidade do fornecimento de água com qualidade, em quantidade, sem haver este problema que por vezes de Verão temos com alguma falha nos recursos de água,

Espero que a Câmara continue a trabalhar neste sentido, que aumente o número de exploração dos poços de captação de água e que, na verdade, a curto prazo, consiga fornecer a todos os municípios do Concelho água como a que temos no Carriço, que é um dos grandes aquíferos de água da zona centro.

Eu neste ponto queria apenas deixar um alerta, não sobre a água em si, mas sobre a própria floresta e a minha pergunta para a Câmara, no fundo, é saber se em Pombal já existe algum apoio, se há alguma medida, à semelhança do programa ‘‘Agris’’, que tínhamos nos anos passados, para proteger, no fundo, para fazer a prevenção, uma vez que este ano já tivemos incêndios florestais aqui bem perto, em Concelhos vizinhos, com grande dimensão, os maiores dos últimos anos.

Queria saber se a Câmara sabe se, a nível orçamental, há algum programa, porque é uma preocupação, quer do Carriço, quer de Almagreira, quer de todas as Freguesias que têm matas, e não sabem com o que contam este ano, até porque o Verão vai ser quente.’’

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que respondeu o seguinte:

‘‘Através do programa ‘‘Agris’’, a Direcção Regional de Florestas e o Ministério da Agricultura procuram limpar a mata, com incidência na localização onde nós temos os furos.

Nós adquirimos os terrenos com a perspectiva que, de facto, se houver fogo próximo, a água que é captada a umas centenas de metros de profundidade, não seja contaminada pelos incêndios que lá possam lavrar.

Não há preocupação nenhuma, por parte da Direcção Geral das Florestas, em proteger aquela zona envolvente aos nossos furos, mas nós, Câmara Municipal e a Divisão de Águas e Saneamento, temos tido essa preocupação.”

Colocado este ponto a votação foi o mesmo aprovado por unanimidade e por minuta, para efeitos de execução imediata.

Ponto 2.4 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre desafecção do domínio público municipal para o domínio privado municipal de uma parcela de terreno, sita em Olival do Mego.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que teceu as seguintes considerações:

“Trata-se de uma parcela de terreno cedida na Urbanização do Jardim das Oliveiras, próximo da Santa Casa da Misericórdia e que tem aproximadamente 2.000 m².

Esta parcela foi cedida, de acordo com a legislação em vigor, para equipamentos públicos.

Como a Santa Casa da Misericórdia se manifestou interessada em construir ali um Centro Dia para a 3^a Idade, a Câmara Municipal de Pombal tem necessidade de a desafectar do domínio público, para poder concessioná-la à Santa Casa da Misericórdia.”

Não havendo ninguém interessado em intervir, passou-se à votação deste ponto, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade e por minuta.

Ponto 2.5 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Construção da ETAR, Emissário e Estação Elevatória da Guia - Proc. n.º 79/2008 - Pedido de Autorização à Assembleia Municipal (Art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99).

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que teceu as considerações que entendeu pertinentes sobre a obra de Construção da ETAR, Emissário e Estação Elevatória da Guia - Proc. n.º 79/2008, de harmonia com a deliberação da Câmara de 13 de Março, findo, previamente distribuída por todos os Membros da Assembleia.

Colocado este ponto a discussão, inscreveu-se **Adelino Malho**, que fez a seguinte intervenção:

“Nós não nos vamos opor a esta transferência de rubrica, mas este é um caso sintomático do seu tipo de gestão, porque ao nível das rubricas do saneamento, o Senhor orçamenta verbas elevadas, mas vai adiando o saneamento e vai retirando verbas para executar outras obras, como os arranjos de que o Senhor gosta.

Mais uma vez, precisa de dinheiro e altera umas obras em rubrica, é sintomático do seu tipo de gestão, mas para o Senhor não ter desculpa de não executar o saneamento, o Partido Socialista vai aprovar o seu pedido.”

Colocado este ponto a votação foi o mesmo aprovado por unanimidade e por minuta.

Ponto 2.6 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Construção de Pavilhões Gimnodesportivos (Meirinhas) - Proc. n.º 05/2008 - Pedido de Autorização à Assembleia Municipal (Art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99).

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que teceu as considerações que entendeu pertinentes sobre a obra de Construção de Pavilhões Gimnodesportivos (Meirinhas) - Proc. n.º 05/2008, de harmonia com a deliberação da Câmara de 13 de Março, findo, previamente distribuída por todos os Membros da Assembleia.

Colocado este ponto a discussão, inscreveu-se **Aristides de Jesus**, que disse congratular-se com a construção do Gimnodesportivo por ser uma mais valia para a Freguesia de Meirinhas e suas populações.

Colocado este ponto a votação foi o mesmo aprovado por unanimidade e por minuta.

Ponto 2.7- Apresentação do Balanço Social referente ao ano de 2008.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que apresentou o documento tecendo as considerações que entendeu necessárias e colocando-se à disposição dos Membros da Assembleia para qualquer esclarecimento adicional.

Colocado este ponto a discussão, inscreveram-se os seguintes Membros:

Manuel Domingues, que fez a intervenção abaixo:

“Relativamente ao número de efectivos, o ano em que a Câmara teve mais pessoal, foi em 2004, com 491 trabalhadores. Neste momento temos cerca de menos 50.

Sobre os escalões etários, o grupo maior é dos 45 aos 49 anos – 81 pessoas, mas a média etária é de 44 anos, portanto, podemos considerar que é um quadro jovem.

Como curiosidade, há 10 trabalhadores que têm mais de 65 anos, estão no último grupo etário.

Num País em que toda a gente se quer reformar, em que tínhamos 1/3 de reformados e vamos a caminho dos 2/3, com 1/3 de activos, ter 10 trabalhadores com mais de 65 anos e não se querem reformar, deve ser digno de louvor e eu sugiro que reconheça isso, porque há pessoas reformadas com 40 e com 50 anos.

Em termos de habilitações há ainda três pessoas com menos que a 4.ª classe, há 54 licenciados e três com Mestrado.

Não houve processos disciplinares em 2008 e isso é positivo.”

Adelino Malho, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“Acho que o Balanço Social é um documento bem elaborado, parece-me com rigor, daí que me permita colocar estas questões ao Senhor Presidente:

Fico surpreendido que, ao nível da organização da Higiene e Segurança no Trabalho, não tenha havido nenhuma reunião durante o ano.

Gostaria de questionar o Senhor Presidente da Câmara como é que está estabelecida a organização da Higiene e Segurança no Trabalho, na Câmara, quem é que tem delegada responsabilidade e autoridade sobre Higiene e Segurança no Trabalho, quem é que

coordena as actividades de Higiene e Segurança no Trabalho, até porque no organigrama não aparece e vê-se pela actividade que não há actividades.

Esta é uma questão relativamente importante e crítica no sector onde a Câmara exerce actividade, nomeadamente, obras públicas, que é a área onde há maior sinistralidade no País, e por isso surpreende-me que, pelo relatório que é apresentado, não haja, praticamente, actividade a esse nível.

Gostaria que o Senhor Presidente explicasse quais os planos de prevenção que têm sido desenvolvidos a este nível.”

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que respondeu como se segue:

“Nós temos, no âmbito da AMLEI, uma empresa de polidiagnóstico contratada para os trabalhadores poderem ter apoio na saúde.

Temos técnicos da Câmara, um deles é licenciado em Higiene e Segurança no Trabalho que tem a ver com os acidentes em termos laborais e em termos de obras. Todas as obras têm um responsável técnico contratado do exterior para pugnar pela segurança dos trabalhadores e em todas as obras exigimos aos empreiteiros, não só um engenheiro responsável mas que cumpram com as condições de segurança.

A sua preocupação é legítima, mas a segurança não está descuidada, até porque tenho aqui Directores de Departamento e Chefes de Divisão muito cautelosos e eficientes e que cumprem a legislação, de acordo com as exigências actuais, não deixando de cumprir essa obrigatoriedade e essa preocupação de segurança e saúde, com diagnósticos periódicos a todos os trabalhadores da Câmara.”

Ponto 2.8 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Relatório de Gestão e Prestação de Contas.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que teceu as seguintes considerações sobre os documentos, os quais foram previamente distribuídos por todos os Membros da Assembleia:

De acordo com o que é a minha obrigação para com esta gestão da Câmara, porque sou o rosto primeiro da boa ou má gestão desta Câmara e quero aqui, antes de mais, pronunciar-me sobre este relatório, que compara os relatórios da prestação de contas de todos os anos desde que nós cá estamos.

Esta Câmara foi a primeira a nível nacional a ser certificada, tem prémios por boas práticas administrativas, e a organização deste Relatório de Contas de 2008, como os últimos, atesta, efectivamente, que está em sintonia com a certificação e quero deixar aqui uma nota de apreço, de reconhecimento e até de louvor, ao Departamento que elabora este documento que tem que ir para o Tribunal de Contas e para outras Instituições públicas deste país.

Nós temos, aqui, na página 8, um gráfico que demonstra os graus de execução das Grandes Opções do Plano para 2008, por função, e temos aqui funções gerais de 86,35%; funções sociais de 81,79%; funções económicas de 85,75%, outras funções de 97,45%, e o total de GOP's 84,96%.

Na página seguinte, temos um gráfico que diz qual foi a Receita Corrente, a Receita de Capital e a receita total. A receita de 2008 foi de € 33.159,67, em 2007 foi de € 34.189,00, menos 3% em 2008 que em 2007.

As causas da diminuição da receita: candidaturas no valor de € 1.500.000,00, que não foram aprovadas, o empréstimo bancário - andou aí nas notícias que nós tivemos a reprovação de um visto do Tribunal de Contas para o empréstimo do Instituto Nacional

da Habitação, mas o que aconteceu foi que a empresa que estava a construir o Bairro Margens do Arunca, pediu-nos uma primeira prestação que pagámos e pagámos ainda uma segunda, porque era construção civil, no entanto o Tribunal de Contas entendeu que já havia duas prestações pagas, a 30 dias, e reprovou-nos esse empréstimo - felizmente, tínhamos uma Câmara com capacidade de endividamento e fomos buscar outro empréstimo.

Também recebemos, em 2008, de Derrama, menos € 500.000,00, recebemos em 2008 em relação a 2007, menos € 250.000,00, de taxas e também recebemos de outra rubrica, € 650.000,00 a menos o que não estava efectivamente previsto.

Vamos à página seguinte e temos a estrutura da despesa por capítulos, temos em 2007, digamos € 15.620,00, de despesa e em 2008 - € 12.990,00.

Vamos aqui às páginas 13 e temos um gráfico que diz que a associação de bens de capital, obras públicas e equipamento foram de € 12.988.000,00, subsídios para obras e transferências de capital para as Freguesias foram de € 2.093.000,00, as amortizações foram de € 105.107,00;

Em relação aqui à estrutura de transferências de 2008, temos, da administração local e para as Freguesias a transferência de € 1.142.842,00, transferência de capital, € 1.142.000,00.

Vejam, na página 14, que para as colectividades transferimos € 2.160.114,00, e também para apoio à educação e para as famílias € 1.470.598,00, o que totaliza € 4.800.334,00.

A Despesa de Capital em 2007 foi de € 17.380.000,00, e em 2008 de € 15.886.000,00, devido ao atrás citado, temos menos 3,59% que em 2007.

As Despesas de Capital foram menos 8,59% que em relação a 2007 e a despesa total baixou 2,83% em relação a 2007 o que já tinha acontecido em relação a 2006

A relação entre Receitas e Despesas Correntes e de Capital foram, em 2007, de € 8.486.054,00, em 2008 só tivemos € 7.331.027,00, o que pode ser verificado na página 15, podem ler e interpretar e constatarão que 32,24% da Receita Corrente foi utilizada para investimento.

Também na página 21, no grau de execução das Grandes Opções do Plano, o valor final do plano periódico do Plano Actividades Municipais previsto mais alterações introduzidas foi de € 26.071.499,00, sendo o valor executado no final do exercício de € 22.150.268,00, que resulta de um grau de execução de 84,96%.

Como já disse, em candidaturas tivemos menos € 1.500.000,00, não recebemos o empréstimo para o Bairro Social, e foram menos € 1.300.000,00, da Derrama recebemos menos € 500.000,00, das taxas de obras cobrámos menos € 250.000,00, e também houve menos vendas de terrenos no valor de € 650.000,00. Temos terrenos vendidos em zonas industriais, com contrato-promessa de compra e venda e os Srs. empresários, pequenas empresas que não pagam e não fazem as escrituras, andam proteladas, não fazem a escritura e o competente pagamento e nós permitimo-lo como contributo para ajudarmos a vencer a crise e as empresas não fechem e não dêem azo a mais desemprego.

Temos aqui a estrutura da dívida pública do Município, como eu disse há pouco, em Abril de 1994, tínhamos uma dívida de 1.400 contos, em 2006 tínhamos uma dívida de € 8.687.000,00, em 31 de Dezembro de 2007, tínhamos € 8.403.000,00 de dívida e em 31 de Dezembro de 2008 temos € 7.600.000,00. Isto não é cozinhado, não é preparado, é emanado de um Serviço Certificado, é atestado tecnicamente pelo Director do Departamento Administrativo, é organização não politica mas sim dos serviços competentes da nossa Câmara que apoiam a actividade politica de acordo com a nossa estratégia.

Vamos à página 55 e vejamos aqui que o quadro resume a intervenção do Município na rede viária municipal, no decurso de 2008, temos aqui os 104,444 km que nós fizemos de rede viária no ano de 2008;

Na página 55 está tudo o que foi feito. Temos terrenos comprados em todas as Freguesias do Concelho, e os Senhores Presidentes de Junta sabem que ainda agora comprámos um terreno para o gimnodesportivo do Louriçal, comprámos terrenos para Lares, comprámos terrenos para os Pólos Escolares; 20.000 m2 de terreno junto ao açude para fazer ali um grande parque de merendas e temos o projecto do grande parque que se fez para Pombal, mas há pessoas que não querem vender aqueles terrenos, temos um projecto para a Quinta dos Pereiras, está delimitado, está urbanizado.

Nós, passados 16 anos, temos € 200.000,00 a mais de dívida pública mas temos um imenso património, temos terreno comprado para o cemitério Casal Velho, comprámos 100.000 m2 de terreno por € 170.000,00, onde está a ETAR, comprámos o terreno ali ao lado do rio por € 32.000,00, comprámos o pavilhão do Carlos Batista, comprámos todo o terreno que vai da antiga passagem de nível até ao pavilhão das actividades económicas, compramos mais de 25.000 m2 de terreno para termos aquele jardim, aquela zona verde em frente da escola, para não permitirmos lá construção, comprámos 8.000 m2 de terreno para ampliar a zona verde do parque do Castelo mais 18.000 m2, Comprámos já duas parcelas de terreno para ampliar zonas verdes, o cemitério de Pombal, comprámos 40.000 m2 de terreno da urbanização do Barrocal, comprámos terrenos na rotunda do agricultor, comprámos 4 prédios na Praça Marquês de Pombal, comprámos o Celeiro, comprámos a EPAC do Louriçal, comprámos o Teatro Cine, comprámos a Quinta de Sant'Ana, ou seja, só em terrenos temos um investimento de quase € 5.000.000,00.

Quando se fala em saneamento, a cidade de Pombal em 1995 tinha os esgotos a céu aberto, a ETAR já estava em construção mas fomos nós que a pagámos e acabámos de construir.

Em 16 anos vejam o que é que fizemos. Estão a ser construídas 3 ETAR's, é esta aqui em Pombal, outra no Louriçal, e agora está a ser construída a da Guia e está outra prevista para Almagreira

Varição mapas da ETAR, está aqui também a variação para o saneamento, a das lamas da ETAR a produção de lamas. Em 2002 tínhamos 553 toneladas; em 2003 - 700 toneladas; em 2004 - 1227 toneladas; em 2005 - 996 toneladas; em 2006 - 1296 toneladas; em 2007 - 1256 toneladas; e, em 2008 aumentou significativamente para 2.042 toneladas.

Também no lixo, em 2008, a VALORLIS facturou-nos da recolha e do tratamento do lixo, € 557.130,00, produzimos no ano de 2008. 16.187 toneladas de resíduos sólidos que foram para a Barosa, mas temos aqui a evolução na página 73, os reservatórios com caixotes do lixo, passaram de 604 em 1994 para 3.086 caixotes do lixo, vejam a evolução que a gente teve e o gráfico está aqui na última página.

Está ali o Senhor Deputado e distinto Chefe de Gabinete e agora digníssimo candidato a esta Câmara, que eu felicito por isso, e sabe que a gente apresentou uma candidatura pelas inundações que foram à CCR, no valor de € 4.502.731,00 para ter uma participação de € 2.846.000,00, e até hoje não houve acordo de colaboração, não houve nada e fomos a única Câmara das sete ou oito, apesar da mais atingida, que não celebrou contrato de programa ou acordo de colaboração.

Eu pergunto, meus caros amigos, se é este o estado de direito que se preconiza, se é esta a democracia que se espera de tratamento igual para todos?

Será que a Câmara de Santiago do Cacém, ou a Câmara de Torres Vedras, a Câmara de Tomar ou ainda a Câmara de Águeda têm mais direito que a Câmara de Pombal?

Será que é por nós sermos cumpridores, por nós pagarmos e não avançarmos com obras por interesse público com a preocupação de as pagar? "

De seguida colocou-se à disposição do plenário para qualquer esclarecimento.

Colocado este ponto a discussão, inscreveram-se os Senhores:

Adelino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

"Estamos na Assembleia municipal de Abril de 2009 e é, de facto, este, o momento adequado para avaliarmos aquela que foi a execução de 2008 e para podermos apreciar o desempenho do Executivo, face aos compromissos assumidos e também o modo como geridos os recursos municipais.

Fazia só uma nota prévia, um breve comentário à intervenção do Senhor Presidente da Câmara.

Um comentário para falar no passado, porque o Partido Socialista tem um grande orgulho pelo seu passado e pelo trabalho que fez na Câmara de Pombal e pelos desenvolvimentos do Município de Pombal.

O Senhor Presidente disse que, quando iniciou funções, havia muito saneamento e drenagem que era necessário fazer e uma ETAR.

O Senhor tinha uma ETAR em execução e, durante muitos anos, essa foi a única ETAR existente no Concelho de Pombal, por decisão de investimento do Partido Socialista.

A Câmara tinha bons níveis de serviço em termos de abastecimento de água e não conseguiu, em termos de saneamento básico e em número de utilizadores de saneamento básico não teve a mesma capacidade para que os Pombalenses passassem a dispor desse serviço, ao mesmo ritmo que as Câmaras do Partido Socialista conseguiram fazer o saneamento de água com muito menores recursos do que hoje são colocados à disposição dos Municípios.

Após esta nota inicial, iria deter-me na execução do plano curto e laboral de investimento.

Como sabemos e comprovámos no final de 2007, o PPI para 2008 teve uma dotação inicial de € 18.462.000,00, por outro lado das sucessivas correcções do PPI ao longo do ano, essa dotação inicial foi reduzida em € 2.000.000,00, para € 16.364.000,00, e tivemos uma execução de € 12.988.000,00, não quero maçar-vos com números, mas quero concluir o seguinte:

Em 2007, a execução do PPI foi de 15,6 milhões de euros e em 2008 foi de 12,9 milhões de euros, o que isto significa é que de 2007 para 2008 a execução diminuiu 16%, a execução diminuiu € 2.600.000,00. A capacidade de realizar investimentos em 2008 foi muito inferior face à que tinha acontecido em 2007 e, apesar da receita global ter diminuído cerca de € 1.000.000,00, devido ao fraco desempenho na captação das Receitas de Capital - o Senhor Presidente da Câmara já disse o porquê - devido aos terrenos que havia expectativa de se venderem e que não se venderam no final das actividades, Fundos Comunitários que havia a expectativa de se arrecadarem e que não se arrecadaram, e, como o Partido Socialista também disse, em Setembro de 2007, o empolamento dessas Receitas de Capital, o que hoje aqui fica demonstrado, verificou-se de facto uma forte contenção nos investimentos, muito superior à diminuição da receita. É este o juízo que nós devemos fazer, a receita diminui € 1.000.000,00, mas o investimento quebra € 2.600.000,00, é a grande conclusão que é possível retirar da execução do Plano Plurianual dos investimentos relativos a 2008 e, aliás, importa ver já que o Senhor Presidente da Câmara gosta de fazer uma análise diacrónica das contas, importa talvez verificar que, pela primeira vez, desde 2004, as Despesas Correntes foram superiores às Despesas de Capital, digamos em mais de € 1.342.000,00. Ainda no âmbito da execução do Plano Plurianual de Investimentos, sabemos que nós, quando percebemos que o montante plurianual previsto, o que está projectado para os 4 anos

ascende a € 103.000.000,00 - e também devemos fazer esta avaliação, que é a avaliação sobre o contributo do ano de 2008 para a execução dos investimentos programados plurianualmente - essa execução, em 2008, foi de 12,5%, o que significa que com este ritmo de execução de um Plano Plurianual preparado para 4 anos não demoraríamos 4 anos a executá-lo, mas 8 anos.

Aliás, se atendermos à dotação inicial do Plano Plurianual de Investimento, se atendermos à expectativa inicial do que se tinha investido em 2008, constatamos que a taxa de execução real, face ao inicialmente previsto, não ultrapassa os 70%, e portanto, como tínhamos antecipado em 2008, quando apreciámos as contas de 2007, os principais investimentos e os principais compromissos eleitorais do Partido que tem a maioria no executivo municipal, ficaram por cumprir mais uma vez, ao longo do ano de 2008.

Não estivemos sempre assim negativos, tivemos um fraco desempenho no saneamento básico, apenas 7% do investimento previsto para os 4 anos.

A reestruturação dos sistemas de abastecimento de água não aconteceu, apenas 3,8% da previsão para os 4 anos, centros empresariais, incubadoras de empresas, parques de ciências e tecnologia, zero, parque verde, corredor ribeirinho, enfim, as dezenas e dezenas de promessas e compromissos eleitorais que constavam no programa do Partido Social-democrata, que constam na programação plurianual dos investimentos, não tiveram execução relevante em 2008.

Mas gostaria também, com toda a seriedade, de falar dos impostos municipais e das receitas dos impostos municipais em 2008.

Esta é uma matéria da maior importância. Temos sucessivamente, nesta Assembleia Municipal, quer na Assembleia de Setembro, quer nas Assembleias de Prestação de Contas e é uma matéria da maior importância, e em relação aos impostos directos, a receita do IMI, em 2008, foi no montante de € 3.790.000,00, um crescimento de 5,6% face a 2007, e 15% acima da previsão orçamental, 15% acima do montante previsto no orçamento.

Isto demonstra que aquilo que o Partido Socialista disse na Assembleia Municipal, que havia margem para uma maior diminuição da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), existia;

Em relação ao IMT, com uma receita de € 2.430.000,00, naturalmente considerando o IMT e a antiga Sisa, o crescimento da receita foi de 2,5% e também aqui foi de 16,7% acima da previsão orçamental;

Em relação à Derrama o montante arrecadado em 2008 foi de € 1.302.000,00, uma diminuição de 29% face à receita de 2007, sabíamos e foi dito nesta Assembleia Municipal, que era espectável a diminuição da receita da derrama, em primeiro lugar, pela isenção do pagamento de derrama para empresas com fundos de negócios até cerca de € 150.000,00, e também pela nova forma de cálculo deste imposto, por isso, e considerando a situação de cada um dos impostos a que foi apresentada, a redução da receita dos impostos directos em 2008, sobretudo, fruto do comportamento da Derrama, foi o único em que houve diminuição de receita face aos anos anteriores, foi de menos € 219.000,00, ou seja, menos 2,6%.

Porém, e apesar disso, as Receitas Correntes tiveram um ligeiro aumento face a 2007, ultrapassando em € 1.113.000,00 a previsão orçamental, ou seja, a receita de impostos, as transferências do Estado e a venda dos bens e serviços, não diminuíram em 2008, mais, a própria receita da venda de bens e serviços foi superior ao que ficou previsto no orçamento, mais 13% de receita acima da previsão relativa ao pagamento da água, € 1.800.000,00 de previsão, mais de € 2.000.000,00 de receita e mais de 24% de receita acima do previsto com o pagamento dos resíduos sólidos.

Por isso e para encerrar, talvez demonstre o custo dos serviços que são pagos pelos Pombalenses, talvez demonstre a desorganização em termos do processo de facturação do pagamento de água, porque bem sabemos que em 2008 houve o pagamento de facturas que estavam em atraso, relativas a anos anteriores.

Em conclusão, Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, a forte quebra no investimento em 2008 foi superior à quebra da receita e isso demonstra que a gestão foi menos eficaz;

Em segundo lugar, entre 2005 e 2008 - porque importa fazermos de facto uma análise comparativa, não de um único ano mas de vários anos - a receita fiscal proveniente de impostos directos, cresceu comparativamente nestes 2 anos € 3.559.000,00, ou seja, cresceu 76%, e este aumento da carga fiscal, ao longo destes anos, como temos dito, agrava as condições de vida das famílias e das empresas no Concelho de Pombal.

Mais uma vez verificamos que a receita proveniente do IMI voltou a aumentar, e mais uma vez repetimos que a harmonização fiscal com 2003, mesmo com uma diminuição da receita global de impostos directos em 2,6%, está muito distante de estar feito, muitos investimentos essenciais para o nosso Concelho assumidos no programa eleitoral da maioria continuam a arrastar-se e não existe uma programação plurianual séria e rigorosa que perspetive a execução desses mesmos investimentos.”

Manuel Domingues, cuja intervenção se segue:

“A opinião sobre estas contas pode ser sintetizada com a opinião da Oposição inscrita na página 7 da acta que aprovou os documentos, na reunião do Executivo, e que diz que o Relatório e Prestação de Contas é “rigoroso e ajustado”, termos usados pelo ilustre líder da Oposição no Executivo Municipal e que pensamos que ainda continua a ser Socialista, não é por ter sido ostracizado pelo Partido que deixou de ser Socialista.

Antes de mais, e como premissa inicial devemos dizer que o ano 2008 se desenvolveu num contexto de crise e se a crise, a nível nacional, afectou gravemente os investimentos, porque não tivemos a capacidade para reduzir a despesa corrente e cortámos os investimentos, é sabido que o País, este pobre País, perdeu milhões que viriam da União Europeia, porque o Governo Português não teve a capacidade de entrar com a sua parte para se fazerem esses investimentos.

Relativamente ao nosso Executivo Municipal, deve começar-se por elogiar a execução quer da receita, quer da despesa, 87% daquilo que foi orçamentado pode-se considerar notável, tanto mais que, por exemplo, em 2005, a execução das GOP's constituídas pelo PPI e pelo Plano de Actividades Municipais, foi de 58%; em 2006 foi de 85%; e, em 2007, foi um ano excepcional com 98%.

Eu, se fosse Presidente da Câmara ou membro do Executivo Municipal ficaria satisfeito com esta execução porque significa aproveitar tudo aquilo que é possível, até porque, se não se atingiu os 100%, se não se puderam fazer investimentos que estavam programados, foram os € 4.500.000,00 de diferença que foram devidos ao não co-financiamento da União Europeia, € 1.500.000,00; à não contratação, devida ao Tribunal de Contas, do empréstimo para o Bairro Social Margens do Arunca – O Senhor Presidente já o disse, mas permitam que repita que, neste País, quem cumpre é penalizado por isso e a nossa Câmara foi prejudicada no empréstimo bonificado para a habitação social, por ser cumpridora e pagar atempadamente – a Derrama baixou € 771.000,00, logo, esse apoio que se deu às pequenas e médias empresas é um dado positivo; as vendas de terrenos, em zonas industriais, é evidente que depende da possibilidade da legalização e da oportunidade em relação aos compradores; as taxas de loteamentos e obras, menos € 245.000,00 – este é um aspecto que me preocupa porque estou convencido que nos próximos anos esta verba vai diminuir com a desaceleração da construção.

Na comparação com 2007 não há grandes diferenças, há nas Receitas Correntes mais € 125.000,00 e nas Receitas de Capital menos € 1.100.000,00, mas nas Despesas Correntes há menos € 150.000,00 e nas Despesas de Capital há menos € 754.000,00.

Temos que considerar que as Receitas de Capital foram as menores dos últimos cinco anos e que as Despesas de Capital foram as menores dos últimos três anos, é a crise, não estamos num oásis, não estamos imunes à crise, portanto, quaisquer considerações que sejam feitas, em termos comparativos, ou em termos de execução orçamental, têm que entrar em linha de conta com essa crise.

Há um aspecto extremamente positivo na afectação das Receitas Correntes a Despesas de Capital.

Os € 8.000.000,00, já citados pelo Senhor Presidente, de receitas correntes, foram transferidos para investimentos, à semelhança do que tem acontecido nos anos anteriores. É um dado extremamente positivo.

O endividamento da Câmara, como já foi referido, era, no ano de 2007, de € 10.300.000,00, em 2008 de € 9.800.000,00, e em Abril de 2009 de € 8.000.000,00.

É exactamente por isso que a nossa Câmara está, entre as Câmaras de média dimensão, nos cinquenta melhores municípios na eficácia financeira. Estamos aqui sem qualquer favor, sem manipulação de rácios, estamos aqui porque é a realidade. Pombal é dos Municípios que apresentam menos défice por habitante.

Já foi demonstrado, e já desafiei o P.S., publicamente, para um debate sobre os impostos municipais porque foi feito um prospecto e já vimos, já ficou suficientemente provado, que o aumento se deve a novos contribuintes em relação aos impostos, vimos especialmente em relação ao índice, há um aumento de 5,6% é um aumento perfeitamente normal, porque neste tipo de impostos, no IMT são os normais, no IMI há novos prédios sujeitos a IMI, portanto dizer o contrário é pura demagogia, uma vez que a Câmara não aumentou os impostos há é mais gente a pagar.

O único aspecto que eu acho que a Câmara deviria corrigir e, já chamei a atenção do Município, e o que está errado, desculpem esta crítica, frontal e directa, há falta de vontade política de mudar os coeficientes de zonamento.

Não se fazem transacções exactamente porque os prédios são avaliados por um valor exagerado. Eu acho que o Município, neste tempo todo, já deveria ter alterado os zonamentos.

Os encargos com o pessoal aumentaram 1,4%, em relação a 2007 que são os aumentos salariais normais, o seu valor representa 19,5% da receita total e situam-se em 33,54% do limite legal.

O limite legal são € 19.000.000, nós pagamos € 6.000.000. Até € 19.000.000 poderíamos ter encargos com o pessoal, mas já vimos que há uma gestão racional, porque a Câmara não pode ser um Centro de Emprego, portanto, no “ranking” dos cinquenta melhores municípios, Pombal é daqueles que apresentam menor peso das despesas com o pessoal nas despesas totais.

No meio disto tudo, o que me preocupa, devo confessá-lo, é o País, são os nossos filhos, os nosso netos e as próximas gerações. Estamos a deixar uma má herança, e eles vão ter que trabalhar muito para suportar esses encargos que vão ser agravados, substancialmente, com os grandes projectos, dá ideia que não conhecemos a realidade nem o chão que pisamos.

Principais investimentos em 2008:

Saneamento € 1.400,000,00, pequeno para as necessidades, é uma área em que terá que se aumentar o investimento;

No abastecimento de água, € 680.000,00;

No ordenamento do território, € 1.545.000,00 e aqui estão incluídos os célebres “Pombus”, cujo investimento total foi de € 630.000,00 e, neste ano, foram pagos € 315.000,00 equivalente a dois dos quatro autocarros que foram adquiridos;

Na rede viária € 4.600.000,00; e,

Na educação € 873.000,00.

Há uma verba curiosa. Com certeza viram, nas contas que analisaram, na dívida de terceiros em relação aos utentes, € 2.000.000,00. Esses € 2.000.000,00 são dívidas relativas à água e ao saneamento.

Só a Câmara de Soure, nosso cliente de água nos deve exactamente € 249.000,00, nunca pagou, e não mostra grande vontade de pagar, aliás, é das Câmaras que tem uma gestão Socialistas, não parece ter vontade de pagar.

O prazo médio de pagamento da Câmara actualmente é de 45 dias, se todas as Câmaras, se todas as empresas, se todas as entidades, em Portugal, pagassem em 45 dias, éramos um País a sério.

O endividamento, depois dos investimentos programados, Senhor Presidente, eu chamo-lhe a atenção para este aspecto que é muito importante, as contas apresentam uma situação favorável, sem qualquer margem para dívida, mas olhemos um pouco para o futuro.

O endividamento depois destes investimentos, que estão programados e vou citar três, Centros Escolares - € 5.000.000,00, temos garantidos € 3.000.000,00 de comparticipação do Estado;

Estrada Atlântica - € 2.600.000,00, temos finalmente € 1.800.000,00, as críticas que eu fiz no passado, em público porque inicialmente o financiamento era de 13%, neste momento, é superior a 50%, portanto, aí, houve um avanço favorável e eu felicito o Município por ter angariado esses apoios.

Requalificação do Castelo - € 3.000.000,00 e nós temos assegurados € 350.000,00, sei que há uma candidatura para recebermos € 2.174.000,00, espero que recebamos esse valor no sentido de que se consiga equilibrar o investimento com o financiamento, porque, só esses 3 investimentos, somam € 10.600.000,00 e nós temos assegurados, apenas, € 5.150.000,00.

Se nós tivermos que contrair empréstimos, porque as verbas das Receitas de Capital não são suficientes, devo dizer que as verbas próprias é uma das grandes vantagens da nossa Câmara, porque isso significa menos dependência do Orçamento do Estado.

Quando a Câmara estiver a caminhar para um equilíbrio financeiro, que é a filosofia do Governo, a Câmara estará bem quando tiver equilíbrio, quando for mais auto-suficiente quando tiver mais autonomia que financiamento.

Vou fazer outra sugestão à Câmara, e a sugestão que eu faço, Senhor Presidente, é que no orçamento para 2010, vai dizer que é cedo - mas será bom discuti-lo agora, porque começa a prepará-lo a partir de Setembro, entretanto vêm as férias - a capitação do IRS, portanto, da participação variável no IRS de 1,5% que a Câmara recebe, sugiro que se faça, experimentalmente, em 2010, uma redução para 1%, significa ficar com menos 0,5%.

Segundo as minhas contas, se fizermos uma regra de três simples, será menos € 370.000,00, mas como a proporção não é linear, eu estimo, espero não me enganar muito, que a Câmara arrecade menos € 180.000,00, mas esse sinal é um sinal para a sociedade civil, para os contribuintes pombalenses de que a Câmara está preocupada com eles e pode gerir melhor reduzindo os subsídios, para as associações, clubes, etc., o Senhor Presidente desculpe, mas é um velho cavalo de batalha meu.

Alguém sabe quanto é que a Câmara pagou para subsídios a associações, clubes, etc., num ano? Alguém avança um número? Pois foram € 1.300.000,00.

Senhor Presidente, para as associações culturais e recreativas € 534.000,00, para as associações desportivas e recreativas € 843.000,00, um total de € 1.387.000,00, eu disse, já no ano passado, que isto era demasiado, peço desculpa, mas é a minha leitura, são associações, do ponto de vista social têm um interesse social bastante grande, mas temos que controlar o investimento, temos que controlar a aplicação do investimento, tem que haver um orçamento, tem que haver a prestação de contas posterior, A Câmara tem que ter um departamento que filtre esses investimentos porque, € 1.300.000,00 é muito dinheiro e o dinheiro tem que ser bem gerido e, no futuro, vai ter que ser ainda mais bem gerido.

A terminar, Senhor Presidente, outro “senão” que, como viram nas contas, implica uma reserva do Revisor Oficial de Contas da Câmara. É sobre a inventariação do património. Já disse, o ano passado, aqui, que, ia ser uma área difícil e não se avançou nada em 2008, rigorosamente nada. Num imobilizado corpóreo de € 73.000.000,00, Senhor Presidente, € 62.000.000,00 não estão inventariados e, no imobilizado incorpóreo de € 25.000.000,00, € 12.000.000,00 não estão inventariados, portanto, o ROC conclui, e muito bem, com uma reserva por limitação em relação a este aspecto.

Eu, já em 2008, tinha sugerido que se contratasse uma empresa, O que eu sugiro é que a Câmara, em vez de fazer este trabalho, na própria Câmara, subcontrate este trabalho fora tem que fazer o “outsourcing” deste trabalho, porque os serviços da Câmara, dificilmente, terão capacidade para fazer este trabalho.

Muito obrigado e desculpem se me alonguei de mais, mas como Membro desta Assembleia e como cidadão, não poderia ter deixado de fazer estas considerações.”

Adelino Malho, que fez a intervenção abaixo:

“Antes de entrar na minha intervenção de fundo, gostaria de fazer alguns considerandos sobre as intervenções de hoje.

Continuamos a avaliar o Relatório de Gestão pelos graus de execução, o que eu continuo a achar surpreendente, pelo menos para pessoas que têm uma forte formação em gestão, avaliar assim a qualidade da gestão não me parece muito correcto, mas se formos a falar de análise de execução, queria dizer que a Câmara Municipal de Pombal tem excelentes graus de execução, e as empresas municipais ainda têm muito melhor. Nas Festas do Bodo conseguiram um grau de execução de 164%, vejam bem.

Outro critério, também importante, que me tem surpreendido em todas as questões de relatório de gestão, é avaliar a qualidade da gestão pelo prazo médio de pagamentos, acho que isto não lembra a ninguém, e só poderia ser, ou indicador de falta de competência para avaliar toda a gestão ou simplesmente nada. Como Dr. Manuel Domingues não poderá ser acusado, pela formação que tem, de não ter competência na escolha deste indicador, eu só posso então considerar que foi mais um presente envenenado ao Senhor Presidente da Câmara.

Registo também a preocupação sobre a questão dos subsídios e dos números que apontam.

A questão da inventariação do património que era também uma das nossas preocupações e que íamos referir noutra ponto. Na verdade é surpreendente, como alguém que se apresenta como o paradigma das novas tecnologias e depois apresenta pés de barro deste tipo, quer dizer, não inventaria o património, não informatiza os stocks, etc., mas cada um faz o que quer e onde quer, os resultados é que depois são fracós.

Entrando no fundo na minha avaliação da Prestação de Contas de 2006 a 2008, quero dizer o seguinte: Como todos sabemos, o Relatório da Prestação de Contas é o ultimo seu mandato, assim, hoje, avaliamos o seu desempenho de 2008, mas também o seu mandato, o que o Senhor fez e o que o Senhor não fez, o que o Senhor deveria ter feito e

não fez e o que não deveria ter feito e fez. O que constatamos é que o Senhor prometeu muito e fez muito pouco, e o que fez não era, em muitos casos, aquilo que era prioritário. Em 16 anos à frente da Câmara o Senhor não resolveu nenhum dos problemas estruturais de Pombal: saneamento, água, espaços verdes, Rio Arunca, educação, urbanismo, nós rodoviários.

É verdade que fez algumas coisas: Equipamentos desportivos, recreativos, culturais, rede viária, generalizou o abastecimento de água, sem qualidade, mas os problemas estruturais de Pombal ficaram por resolver. Nos últimos 4 anos, não atacou de forma decisiva nenhum dos problemas culturais do Concelho e não deixa nenhuma obra relevante, nomeadamente as que prometeu.

É surpreendente, Senhor Presidente, o Senhor e os seus apoiantes, dirão que fez muito, e alguma coisa fez, porque muito dinheiro gastou, mas a sua obra não se vê. Veja bem, que até os Vereadores eleitos nas listas do Partido Socialista, e seus declarados apoiantes, o apoiaram na avaliação do Relatório de Gestão.

Eu acho que foi um descuido, Senhor Presidente, porque o Senhor facilmente, com uma palmadinha nas costas tinha conseguido o apoio dos Vereadores eleitos na lista do Partido Socialista. O Senhor anda entretido com outros problemas graves, e por isso descuidou-se na preparação da reunião de avaliação do Relatório de Gestão.

O Senhor termina 2008 e também o mandato, empunhando a bandeira dos arranjos urbanísticos. À sua bandeira de obra do ano é os arranjos urbanísticos.

Pergunto: Que maior sinal de falhanço e de esgotamento nos poderia transmitir?

O Senhor não se pode desculpar, o Senhor teve, durante 4 anos, condições invejáveis e recursos financeiros avultados para resolver os problemas estruturais do Concelho, mas não soube ou não quis resolvê-los.

Neste mandato, em termos médios, e relativamente a 2004, os impostos directos aumentaram 61%, dados do vosso relatório de gestão. Os impostos indirectos aumentaram 66%, os rendimentos de propriedade aumentaram 102%, as transferências correntes aumentaram 22%, e a venda de bens e serviços aumentaram 19%.

O Senhor teve um maná de recursos, mas o Senhor não soube, ou não quis utilizá-los correctamente.

Ninguém, das novas gerações, terá novamente estas condições económicas, o Senhor desperdiçou-as com arranjos urbanísticos, parques de merendas, canteiros, rotundas, estátuas, quintas, subsídios, festas. O Senhor chega sempre atrasado àquilo que é importante. À captação e dinamização do investimento, o Senhor chegou atrasado, agora vai, atrás, construir parques industriais, quando a indústria está a partir para outros locais.

O Senhor chegou atrasado ao ensino e à ciência, vai agora arrancar com os pólos escolares, quando desbaratou dinheiro a reparar escolas que não tinham quaisquer condições.

O Senhor chegou tarde à ciência, o centro de novas tecnologias nunca apareceu.

O Senhor chegou tarde à qualificação da rede escolar, onde derreteu muito dinheiro.

O Senhor está a chegar atrasado aos Cuidados Continuados, como o meu colega bancada, Adelino Mendes, bem aqui lembrou.

O Senhor chegou atrasado às redes de apoio social.

O Senhor chegou atrasado ao saneamento e aos sistemas integrados de abastecimento de água.

O Senhor chegou atrasado à qualificação Urbana, nomeadamente, perdeu o POLIS, e agora, lança propaganda e contra propaganda.

Como disse, ontem, um dos seus correligionários, vivemos num Concelho economicamente parado no tempo e o Senhor termina este mandato com a sua gestão

envolta em suspeitas irregularidades e em decisões danosas para o erário público. Mau fim.”

António Carrasqueira, disse o seguinte:

Eu de números não percebo nada. Os números para mim é o alcatrão, as estradas, caminhos, e isso tudo. Isto é um labirinto, isto não me diz nada, que me importa a mim que a Câmara esteja a dever dinheiro, se todos os dizem que é a Câmara que mais atempadamente paga.

O que importa, e o que eu quero dizer é apenas isto, podemos discordar do seu Eng.º Narciso Mota, em algumas atitudes, na sua maneira de ser, e tem o direito de ter a sua maneira de ser.

Eu sou talvez dos mais velhos que estou aqui e conheço um pouco o Concelho e todos os presidentes da câmara que por aqui passaram. Eu colaborei, como já disse aqui, algumas vezes, máquinas que vieram para aqui.

Quem conheceu o Concelho há 20 ou 30 e o conhece agora, se viesse cá agora quem morreu há 20 ou mais anos, ficava doido com o que está agora feito, de maneira que, deste arrazoado de números, não diz nada a nenhum Presidente da Junta, suponho eu.

O que é o que está feito. Nunca se viu tanta estrada alcatroada, tanto caminho aberto, tanta fonte, tanto largo de igrejas, tantas remodelações, tanta coisa feita que fica na história deste Concelho, Senhor Eng.º Narciso Mota, não se envergonhe disso, porque as pessoas não questionam se pagam mais água, - ainda que às vezes o façam um bocadinho, porque vêem por aí esses panfletos espalhados e perguntam o que é aquilo? - mas perguntam amiúde quando é que eu tenho alcatrão? Estes números se estão mais para a frente ou mais para a esquerda, é só manga de alpaca, não percebem nada da prática, se estivessem a trabalhar ali, a vergar a mola, aí é que se viam os homens deste País, era isto que era preciso e depois rever a obra feita, o que importa é o que se vê no terreno, e isso vê-se, as Freguesias têm outra qualidade de vida, as pessoas podem ir à porta de casa e às fazendas com o tractor, com o carro de bois, têm os largos das capelas requalificados, largos de igrejas, fontanários, tudo isto, nunca se viu, em tempo algum, como está agora.

Não venham cá com esses floreados contabilísticos que isso não me diz nada, o que interessa é na prática, Senhor Presidente da Câmara, orgulhe-se do trabalho que fez porque nunca ninguém fez por este Concelho, não obstante terem por cá passado presidentes que até foram carismáticos, o Eng.º Guilherme Santos, o meu conterrâneo Dr. Armindo Carolino, que também fez alguma coisa mas podia ter feito mais.

O Senhor é Presidente de Câmara e vai agora fazer um Pólo Escolar. É isto que eu sinto, mas isto é verdade.

Onde é que se via um quilómetro de estrada alcatroada, há 20 anos?

Onde é que se via um largo de uma igreja, de uma capela, de uma associação, requalificados?

Onde é que se viam associações beneficiadas como estão agora, em que todos os domingos se juntam ali pessoas, sejam realistas porque o pior cego é aquele que não quer ver. ‘

Nascimento Lopes, que usou da palavra para dizer o seguinte:

‘ Eu vou tentar ser rápido, mas queria recuar um bocadinho no tempo e dar os parabéns ao Senhor Dr. Adelino Mendes, pelo facto de ser o candidato do Partido Socialista à Câmara, esperando, no entanto, que na contagem dos votos, fique muito aquém daquilo que desejava ficar, obviamente.

Relativamente à sua gestão, Senhor Presidente da Câmara, é uma catástrofe, temos que reconhecer, é uma catástrofe.

Não haja dúvidas que a oposição não concorda absolutamente com nada daquilo que o Senhor tem feito, até dizem que o Senhor fez zero. Em 16 anos, o Senhor nem uma pedra levantou, portanto, como vê, realmente temos aqui uma oposição excelente para contestar, para o sacrificar e, se calhar, para, sei lá, fazer mais qualquer coisa. Esquecem-se que esta gestão de contas e estes 87.97% em execução, são excelentes. Tomaria o Governo do Partido Socialista aproximar-se sequer deste número, tomaria o Governo do Partido Socialista, um dia pensar que tem andado a defraudar os portugueses, reconhecê-lo.

Estamos numa recessão económica, dizem, estamos numa crise profunda, dizem, mas dizem também que vem tudo lá de fora, nada de cá, porque aqui, apanhamos tudo por acréscimo, não, nada de conversas porque isto não é assim, e todos sabemos que a recessão económica e a crise acontecem quando não há capacidade de gestão, quando não há capacidade de governação. Isso é que é a realidade e não tenhamos ilusões, não estejamos para aqui a tentar convencer-nos do contrário.

Todos nós sabemos que as contas do Governo andam muito más, eles nem as querem apresentar porque, nem querem rectificar nada porque não vale a pena, está tudo bem para eles.

Quando chegar o dia da verdade, que há-de chegar, atenção, deveremos todos nós, infelizmente, sentirmo-nos defraudados por tudo aquilo que o Governo prometeu e não cumpriu.

Eu não vou alongar-me muito mais, queria apenas dar os parabéns a este Executivo, por esta execução de contas, por este resultado fantástico e não esmoreçam, antes pelo contrário, continuem, e que a oposição, um dia, se convença que realmente, nós temos uma câmara capaz de gerir, capaz de administrar e capaz de governar.’’

Manuel Domingues, pediu a palavra para exercer o direito de resposta, como se segue:

‘‘Camarada Adelino Malho, deve estar influenciado por uma filosofia política, que não por uma filosofia de gestão. A filosofia política diz que o Estado é o dono de todas as empresas, de toda a economia, portanto, não interessa pagar, o Estado supervisiona tudo, trata de tudo.

Eu gostava de o ver trabalhar numa empresa privada - admito que esteja numa empresa privada -, eu gostava que gerisse essa empresa privada, sem que os seus clientes lhe pagassem em tempo normal. Como é que o Senhor pagava aos seus fornecedores? Isto de fazer um comentário destes a propósito de ser bom pagador, é mesmo próprio de um espírito antiquado, do tempo das Kolkoses, em que o Pai Estado era tudo. Penso que é reminiscência desses tempos, não consegue ultrapassar isso.

Eu trabalho com empresas e o dinheiro é o sangue das empresas, se as empresas não tiverem dinheiro fecham, há normas legais que obrigam a que sejam 30 dias, em que há penalizações com juros, quando nós dizemos 45 e diz que é demasiado, está tudo dito, a gerir desta maneira, eu sugiro num governo-sombra do PS na Câmara Municipal de Pombal, que irá surgir a seguir às eleições de Outubro, nesse governo-sombra, eu sugiro que entreguem o Pelouro das Finanças ao Adelino Malho, porque, de certeza, que as sugestões que ele vai dar ao Executivo, ao Eng.º Narciso Mota, as sugestões que esse governo sombra da oposição irá dar, serão extremamente importantes para o desenvolvimento e progresso de Pombal no século passado.’’

Manuel António, cuja intervenção se segue:

‘‘Senhor Presidente, eu só pedi a palavra para colocar uma questão ao Senhor Eng.º Adelino Malho, relacionada com o atraso dos postos industriais.

O Senhor engenheiro acredita que vai haver retoma?

É que se acredita que vai haver retoma, se não houver parques industriais, prontos para receber os investimentos, lá estaremos, nessa altura, à espera de fazer parques industriais e aprová-los.

Sabe quanto tempo é que demorou o Parque Industrial da Guia, a ver o Plano de Urbanização publicado em Diário da República? Vinte e dois meses. O atraso de 22 meses, acredite que afectou em muito o arranque em bom andamento do Parque Industrial da Guia, que já poderia estar, de certeza, a funcionar em pleno, se não fossem 22 meses de atraso do Plano de Urbanização.

Se acredita na retoma, que venham os Parques Industriais e que eles tenham as condições para as empresas.”

Adelino Malho, que usou do direito de resposta para dizer o seguinte:

“Percebi que o Senhor Manuel Domingues, teve dificuldade em discutir a questão dos prazos médios de pagamentos, do âmbito da gestão, levou-o para a questão da política e do regime e tal, fugiu desse terreno como o Diabo foge da cruz, mas pronto, passamos em frente.

Eu, por acaso, trabalho em empresas privadas, sempre trabalhei, e sempre entrei nelas por concurso, nunca entrei por cunha ou por influência sequer, e, se há trabalhos que tenho na Empresa é a definição de objectivos de gestão, e se eu aparecesse lá, à minha gestão de topo, nalgum momento, a propor como objectivo de gestão aprazamento de pagamentos, punham-me logo fora da porta, e a minha empresa, não é uma empresa qualquer.

A gente fala de crise, nós temos o privilégio de dizer que, ao dia de hoje - quero também transmitir aqui que é uma forma de confiança para vocês, para toda a gente que está desanimada -, a minha empresa pode dizer que vai sair melhor da crise do que quando entrou. Ao dia de hoje a minha empresa está a contratar pessoas, ao dia de hoje a minha empresa tem perspectiva de poder, eventualmente, duplicar a produção, não é uma empresa qualquer.

Sobre a questão dos parques industriais, não se consegue competir hoje sem aquilo que o seu líder um dia destes falava, e a gente concordou, sobre competição, não se consegue competir dessa forma.

Em relação à questão dos parques industriais, eu acho que eles são necessários, novos casos são necessários, agora o que eu acho e preocupa-me, é que se demore tanto tempo a publicar um Parque Industrial no Diário da República, acho uma coisa terceiro mundista, mas não sei qual é a causa, deve ter causas, mas quaisquer que sejam as causas é uma coisa que me indigna.

A questão é a seguinte: Nós temos, no país, derretido muito dinheiro em Parques Industriais que vão ficar abandonados.

Pombal também perdeu, não só neste Executivo, mas também já antes, também perdeu a fase de industrialização, a fase de industrialização já passou, perdeu esse comboio e está a chegar a isso de uma forma muito atrasada, está outra vês a derreter dinheiro, sem qualquer retorno, não será regra geral, mas em grande parte dos casos.

Só para dar um exemplo, continua o Senhor Presidente da Câmara, a falar sistematicamente, do alargamento do Parque Industrial Manuel da Mota. Trabalhei lá durante 3 anos e a taxa de ocupação continua a ser a mesma de há 12 anos atrás.”

Adelino Mendes, que usou do direito de resposta como se transcreve:

“Dr. Manuel Domingues, é bom que nos entendamos de uma vez por todas sobre os impostos municipais, porque os números são bem elucidativos.

Entre 2005 e 2008, a receita proveniente de impostos municipais aumentou 76%, este número é evidente e o Partido Socialista sempre tem dito isto.

Não temos dito que as taxas têm aumentado, temos dito que, fruto da aplicação das taxas, a receita proveniente de impostos tem aumentado nesta percentagem.

Em relação ao IMI, em 2005 a receita de IMI foi € 2.300.000,00, em 2008 foi € 3.800.000,00, mais € 1.500.000,00.

É evidente que este acréscimo de receita, resulta da diminuição das isenções de que falou que vão acabando e as pessoas vão começando a pagar, mas resulta ainda, como o Senhor referiu há pouco, e bem, do problema da reforma da tributação do património que tem um processo que conduz à sobreavaliação dos imóveis que, conjugado com os zonamentos leva a que os imóveis sejam avaliados por um valor superior àquele pelo qual as pessoas o pagaram.

Isto tem provocado problemas sérios, quer às pessoas que deixam de ter isenção e que pagam montantes brutais de imposto municipal sobre imóveis, e tem contribuído também, para a crise em que vivemos no sector da construção civil.

Este é um problema muito sério e, portanto, quando, daqui a mais alguns anos, de facto, o universo dos contribuintes for mais alargado, mesmo em função da receita que tem sido arrecadada por via da aplicação do IMI, o que o Partido Socialista tem dito é que, havia condições para baixar mais a taxa, admitindo uma diminuição da receita por essa via, porque ela afecta ainda apenas uma parte dos contribuintes e é muito penalizadora para quem tem que pagar este imposto.”

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que respondeu às interpelações que lhe foram apresentadas, da seguinte forma:

“Dr. Manuel Domingues, os subsídios que nós atribuímos, são todos aprovados por unanimidade, são do conhecimento público e os 17 Presidentes de Junta de Freguesia sabem onde eles são aplicados, e alguns são anuais de acordo com o Regulamento Municipal de Prática Desportiva e de acordo com os atletas federados.

Os subsídios também têm a ver com a melhoria das infra-estruturas desportivas, têm a ver com a melhoria das infra-estruturas sociais, têm a ver com arranjos urbanísticos das capelas, as casas mortuárias, que não existiam.

Os subsídios para as Juntas de Freguesia, mais ao menos € 1.000.000,00, para as iniciativas das Juntas de Freguesia, e ainda não vi nenhum subsídio mal aplicado, embora esteja a procurar reduzi-los, neste período crítico e de contenção, mas quando apoiamos uma associação com € 50.000,00, há um investimento de € 250.000,00 em muitas dessas associações.

Em relação à inventariação do património, está entregue a uma secção que não tem trabalhado, que não tem produzido nada, zero, e de acordo com o reparo, e muito bem, dos auditores oficiais de contas, vamos contratar o serviço a uma empresa externa e perspectivamos fazê-lo para que, este ano, haja efectivamente inventariação completa e real de todo o nosso património.

Quando se fala, efectivamente, do aumento de impostos e avaliações, isso deve-se única e exclusivamente à Lei das Finanças Locais aprovadas à revelia da Associação Nacional de Municípios, com um prisma autista e prepotente, que proporciona aprova e apoia os Concelhos ricos de Portugal e prejudica os pobres.

A gente anda por fases, a procurar aferir parâmetros, coeficientes para que nada seja avaliado, em Pombal, por um valor superior a 80% do valor real, como era antes desta famigerada Lei, entrar em funcionamento.

E mais, está aqui o Senhor Vereador a superintender e foram dadas directivas para a revisão aos zonamentos que está em curso. Temos que ir por etapas e não queremos, digo e repito, receber mais impostos do que recebíamos em 2003.

Em relação à água, nós temos água com qualidade, temos nesse departamento 5 Engenheiros competentes, que têm a preocupação de fazer mais análises que aquelas que

a Lei nos impõe, e quem nos faz as análises da água é um laboratório certificado da Universidade de Coimbra.

Está aqui, eu pedi hoje de manhã ao Senhor Director de Departamento, que nós gastámos em 2008 em análises € 43.687,00, até temos a preocupação de fazer ensaios às associações privadas de água, que é a Associação de Melhoramentos do Travasso onde gastámos € 1.496,00, a Associação de Isidoro, Ferreira Gomes - € 1.324,00, a Associação de Captação do Outeiro da Ranha - € 1.394,00, a Associação Vizinhos e Amigos, Matos da Ranha - € 1.492,00 e a Associação de Melhoramento do lugar do Outeiro da Ranha - € 1.496,00.

Sobre a qualidade da água, nós podíamos ir para outros laboratórios, mas a água é aferida mensalmente, em termos de qualidade, até nas fontes de água potável que a gente tem, lá está um placar a dizer quando ela é potável e quando ela deixa de ser potável, portanto quero deixar aqui uma nota positiva, também ao profissionalismo que é posto em causa da Divisão de Águas e Saneamento e à competência dos 5 Engenheiros que lá estão. Quando nós chegámos à Câmara, nem uma divisão de Águas e Saneamento havia. Há 16 anos não tínhamos um ginnodesportivo em condições, não tínhamos um Cine Teatro, não tínhamos uma biblioteca, não tínhamos o museu, não tínhamos nada, e não fizemos nada, zero, isto é uma vergonha, mas esta política aqui praticada, em Pombal, deixa-me indignado ao ver aqui a desorientação e o desabafo de um candidato do Partido Socialista à Câmara de Castelo de Vide, a terra dele, que pensa pela sua cabeça, não vende a sua consciência a quem quer que seja, é competente como professor, é competente como político, deixou de ser Presidente da Secção Política de Pombal por causa da água, tiraram a confiança política a dois Vereadores, por causa da água.

Meus caros amigos, quando um democrata que diz "devia dar palmadinhas nas costas que ele muda a sua convicção e muda a sua consciência" isto não é democracia, nem ditadura, é ignorância, é falta de ética, é falta de competência, e esta oposição em Pombal, como democrata e em termos de ética, cada vez me deixa mais envergonhado e tenho direito à indignação."

Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com seis votos contra da Bancada do Partido Socialista.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.9 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Centro Escolar da Redinha - Proc.º n.º 83/2008 - Pedido de Autorização à Assembleia Municipal (Art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99).

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que teceu as considerações que entendeu pertinentes sobre a obra em epígrafe, de harmonia com a deliberação da Câmara de 22 de Abril, findo, distribuída por todos os Membros da Assembleia.

O **Senhor Presidente da Assembleia** perguntou se alguém queria intervir não se tendo verificado qualquer inscrição.

Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade e por minuta.

Ponto 2.10 – Apreciação do parecer do Auditor Externo, alínea d) do n.º 3 do Art.º 48.º da Lei das Finanças Locais.

Colocado este ponto a discussão, inscreveram-se os Senhores:

Adelino Mendes, cuja intervenção se segue:

“O parecer do auditor externo que foi apresentado aos Membros desta Assembleia Municipal, refere no seu número 6, o seguinte: «Relativamente aos mapas de execução orçamental, mais precisamente sobre a execução orçamental da receita, verificámos a existência de € 848.000,00 recebidos, relativos a cobranças efectuadas por Multibanco e via CTT, facturas de água, os quais não foram considerados na receita líquida de 2008”, ou seja, a interpretação que fazemos é que houve € 848.000,00 de receita, relativo a facturas de água que as pessoas pagaram ou nos CTT ou por via do Multibanco, e gostaríamos saber por que motivo é que esta receita não foi considerada em 2008, e, no fundo, o que é que foi feito com esta receita que o Município de Pombal obteve por via do pagamento da água.

Gostaríamos ser esclarecidos sobre esta questão.”

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os seguintes esclarecimentos:

“Essa receita não se desviou, não se perdeu pelo caminho, ninguém a utilizou, simplesmente, em termos administrativos, o respectivo Departamento e Divisão e de acordo com a escrituração respectiva e informatização, houve uma desfasagem de tempo pela transferências dessas verbas, do Departamento, para a Secção de Contabilidade, mas estava devidamente localizada, registada nos respectivos bancos.”

Adelino Mendes, que colocou a seguinte questão:

“Tinha uma dúvida de natureza técnica que é relevante, ou seja, aquilo que o Senhor Presidente da Câmara está a dizer, é que esta receita de € 848.000,00, relativa ao pagamento da água, não foi considerada como receita em 2008 e será considerada como receita em 2009? É isso?

O Senhor Vereador Dr. Pedro Martins afirma que sim.

Senhor Presidente da Câmara, atendendo a que parece não existir no Executivo unanimidade, nem, digamos, uma opinião clara sobre isto, penso que se era adequado que os Serviços se pronunciassem.”

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia deu, de novo, a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os seguintes esclarecimentos:

Eu tenho uma opinião correcta e nenhum serviço desta Câmara, nem nenhum Departamento, recebeu qualquer informação do Executivo Municipal, em 16 anos, para protelar recebimentos ou para protelar pagamentos, e tenho ali o Senhor Director de Departamento, Dr. Agostinho, que me transmitiu e informou que foi um erro de transferência informática que levou a esse retardamento da passagem do capital do Departamento de Águas e Saneamento, para o Departamento Administrativo e Financeiro.

Foi isto ou não foi, Senhor Dr. Agostinho?”

Adelino Malho, que pediu a palavra para dizer o seguinte:

“As respostas do Senhor Presidente não foram minimamente esclarecedoras, mas a questão é esta: o Revisor Oficial de Contas não concordou com os procedimentos aplicados, e colocou esta reserva e os serviços poderiam e deveriam ter corrigido esta situação.

Isto não é um processo de intenção, porque quem coloca reservas sobre esta questão, não é o Partido Socialista, quem coloca reservas sobre os procedimentos, sobre o nível

de contabilização desta receita, é o Revisor Oficial de Contas que, durante muito tempo, averiguou esta questão e propôs aos serviços que adoptasse outro tipo de prática contabilística.’’

Nesta altura, o **Senhor Presidente da Assembleia** usou da palavra para transmitir o seguinte:

‘‘Senhor Eng.º Adelino Malho, há uma questão que é suscitada neste documento e que merece uma resposta.

O Senhor Presidente da Câmara propôs-me, e eu concordo, que o responsável pelos Serviços Financeiros da Câmara responda, para que as pessoas percebam o que é que se passou.

É esta a obrigação da Câmara e não há mais questões sobre este assunto.’’

De seguida, o Director do Departamento Administrativo, Dr. Agostinho Lopes, prestou os seguintes esclarecimentos:

‘‘O que está em causa, neste particular, é que nós, como cobramos receita por diversas modalidades, designadamente, transferência bancária e Multibanco, e essas receitas cobradas são depositadas nas nossas contas D.O. Após esse processo de depósito, os Serviços emissores da receita, no caso, fundamentalmente, a Divisão de Águas, emite as guias de receita que permitem fazer a importação dessa receita: a águas o que é água, a saneamento o que é saneamento e a resíduos sólidos o que é resíduos sólidos.

Foi esse processo de emissão das guias que tardou, em razão de um processo complexo, que foi a migração da plataforma de gestão comercial desta função de água e saneamento que tardou e este montante não está vertido, não está contabilizado, mas está no local das contas D.O., e portanto, naturalmente que a questão foi identificada pelo Revisor, em Março, e nada se podia fazer em Março.’’

Adelino Mendes, pediu a palavra para mais um esclarecimento:

‘‘Na pág. 81 do Relatório de Gestão e Prestação de Contas, onde está referida receita cobrada líquida relativa a água de € 2.038.000,00. Nestes € 2.038.00,00, estão cá, estes € 800.000,00?’’

O Director do Departamento Administrativo informou que os € 848.000,00 estão nos saldos das contas e que como não havia emissão das guias, não houve imputação contabilística à rubrica.’’

Ponto 2.11 – Apreciação do parecer do Auditor Externo, alínea e) do n.º 3 do Art.º 48.º da Lei das Finanças Locais.

Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição.

De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** usou da palavra como se segue:

‘‘Terminámos a nossa ordem de trabalhos, eu queria-vos dizer, com toda a sinceridade, que às vezes é a quente que nós dizemos algumas coisas, mas uma reunião destas tem sempre, naturalmente os seus períodos de crispação.

Antes de dar a palavra a um elemento do público, que pediu para intervir, o Senhor Adelino Araújo, eu queria dizer que amanhã é dia 25 de Abril e há comemorações. Cada um comemora como muito bem entende, eu sou aquele adepto de que as comemorações tradicionais do discurso já é tempo de acabarem, porque estamos todos fartos de discursos, nós precisamos é de trabalho, acção, e pôr em prática, no dia-a-dia, os ideais do 25 de Abril, de liberdade e de democracia, democracia participativa, justiça social, saúde, educação para todos, respeitar os princípios constitucionais que nos regem, isso é que é importante, o resto é conversa, e portanto, eu defendo isso e defendo evocar o 25

de Abril em festa, como se comemora o 1º de Maio em festa, com manifestações, em participação popular, isso sim.

Tudo que é feito dentro destas quatro paredes para repetir discursos de todos os anos, eu sinceramente, proponho ao Senhor Presidente que se acabe com isso o mais rapidamente possível, porque o exercício da democracia é todos os dias.

Eu, de qualquer das maneiras, saúdo todos aqueles que queiram participar, amanhã, nos pequenos eventos que há aqui, que foram organizados pela Câmara Municipal e saúdo, acima de tudo, o 25 de Abril com liberdade e democracia que nos permite estar hoje aqui, mesmo com estas questiúnculas e com estas questões diversas e importantes, porque a democracia faz-se também com coisas certas e coisas erradas, perguntas correctas, perguntas menos correctas.”

De seguida deu a palavra ao Senhor Adelino Araújo, que colocou as seguintes questões:

“Em Fevereiro de 2008, apresentámos à Mesa um pedido de esclarecimento sobre supostas irregularidades, referidos com frequência na praça pública.

Solicitados a concretizar os actos que pudessem indiciar as apontadas irregularidades, fizemo-lo prontamente.

Foi trocada diversa correspondência sem que, no entanto, tivessem sido prestados os cabais esclarecimentos.

Perguntamos:

Quais as diligências ou procedimentos tomados pela Mesa da Assembleia?

Foi ou não instaurado o competente processo?

Enviou para outras instâncias, para indagação das questões então apresentadas, ou decidiu o seu arquivamento?

De qualquer forma gostaríamos que nos fosse dado conhecimento das conclusões então tomadas.

Segundo ponto: Gostaríamos ainda de saber qual o destino dado às verbas provenientes da receita obtidas com o tarifário e multas por ocupação e estacionamento na via pública. São encaminhados para tapar buracos e iniciativas de interesse francamente duvidoso?

Por último, queríamos ainda lembrar o Senhor Presidente da Câmara, que no PCP, como no Partido em que milita, os senhores candidatos são escolhidos, ou por serem militantes ou por serem simpatizantes.”

O Senhor Presidente da Assembleia respondeu como se segue:

“Eu queria saber se a primeira pergunta me é dirigida. Não é, com certeza, porque eu não tenho documentos nenhuns relativamente a esses assuntos que o Senhor questiona.

O Senhor não pode querer que eu responda sobre assuntos, sobre os quais eu não estou informado, neste momento.

O Presidente da Assembleia não tem, neste momento, nenhum documento sobre este assunto, informar-me-ei, mas não posso responder hoje, enviar-lhe-ei a resposta tão breve quanto possível.

Agradeço a vossa presença a todos e um bom fim-de-semana e um bom 25 de Abril.”

Terminada a ordem de trabalhos, foi encerrada a sessão eram vinte e uma horas e trinta minutos, tendo-se lavrado a presente acta, que eu (1.º Secretário), subscrevo e vai ser assinada por todos os Membros da Mesa.

O Presidente:

O 1.º Secretário:

A 2.ª Secretária: